



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BRASÍLIA/2014



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013).

Brasília/2014

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
ABC	Programa Agricultura de Baixo Carbono	LAF	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais
Abema	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente	LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias
AFI	Auditorias Florestais Independentes	LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
ANA	Agência Nacional de Águas	LOA	Lei Orçamentária Anual
Anamma	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANPM	Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira	MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
APA	Área de Proteção Ambiental	MD	Ministério da Defesa
Apex	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
APNE	Associação Plantas do Nordeste	MFC	Manejo Florestal Comunitário
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Autex	Autorização de Exploração	MONA	Monumento Natural
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	OAF	Organismos de Auditoria Florestal
CDN	Conselho de Defesa Nacional	Oema	Órgão estadual de Meio Ambiente
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Ceprof-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará	PAAR	Plano Anual de Aplicação Regionalizada
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
CGU	Controladoria Geral da União	PAE	Projeto Agroextrativista
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês	PAF	Projeto de Assentamento Florestal
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	PAMFC	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	PAS	Plano Amazônia Sustentável
CNI	Confederação Nacional da Indústria	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	PIB	Produto interno bruto
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Cogest	Coordenação de Gestão Estratégica	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente		

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
Conticom	Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira	PNF	Plano Nacional de Florestas
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
DAF	Diretoria de Administração e Finanças	PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	POA	Plano Operacional Anual
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	PPA	Plano Plurianual
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral	PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
DOF	Documento de Origem Florestal	RAC	Requisitos de Avaliação da Conformidade
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Resex	Reserva Extrativista
Esaf	Escola de Administração Fazendária	Sedam	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável	Semarh	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
FIP	Forest Investment Program	Serfal	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Flona	Floresta Nacional	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
FNMC	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
FPF	Florestas Públicas Federais	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
Funai	Fundação Nacional do Índio	SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Furb	Fundação Universidade Regional Blumenau	Sinima	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
GECF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GECFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
GEF	Global Environment Facility	Sisac	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sisflora	Concessões Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
Gefom	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
GIZ	Agência de Cooperação Alemã	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	TCU	Tribunal de Contas da União
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	UC	Unidade de Conservação
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	UCN	The International Union Conservation of Nature
IFN	Inventário Florestal Nacional	Ufac	Universidade Federal do Acre
IFT	Instituto Floresta Tropical	UFC	Universidade Federal do Ceará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	UFPR	Universidade Federal do Paraná
Inea	Instituto Estadual do Meio Ambiente	UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	UFS	Universidade Federal de Sergipe
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial	UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia	UMF	Unidade de Manejo Florestal
ISA/VIC	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa	UnB	Universidade de Brasília
ITTO	International Tropical Timber Organization	Unir	Fundação Universidade Federal de Rondônia
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	UR	Unidade Regional
		USP	Universidade de São Paulo
		WWF	World Wide Fund for Nature
		ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação da UJ.....	15
Quadro 2. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado.....	21
Quadro 3. Matriz Lógico-Institucional 2012-2015.....	28
Quadro 4. Vinculação do planejamento estratégico (Matriz Lógica, Quadro 3) com o PPA.....	30
Quadro 5. Resumo dos processos licitatórios para concessão florestal lançados em 2013.....	37
Quadro 6. Quadro comparativo entre as obrigações legais e as ações desenvolvidas pelas concessionárias nas Flonas do Jamari e Saracá-Taquera.....	40
Quadro 7. Linhas de ação do FNDF em 2013.....	51
Quadro 8. Chamadas de Projetos realizadas pelo FNDF em 2013.....	52
Quadro 9. Composição atual, por cargo, da força de trabalho do SFB.....	57
Quadro 10. Objetivo 0471.....	61
Quadro 11. Objetivo 0469.....	63
Quadro 12. Objetivo 0228.....	64
Quadro 13. Ação 20WA.....	67
Quadro 14. Ação 20WB.....	69
Quadro 15. Ação 20WC.....	70
Quadro 16. Ação 20WD.....	72
Quadro 17. Ação 8304 – Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais.....	74
Quadro 18. Ação 10TD – Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais.....	75
Quadro 19. Ação 20MI – Monitoramento das Concessões Florestais.....	75
Quadro 20. Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.....	75
Quadro 21. Ação 8298 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável.....	76
Quadro 22. Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.....	76
Quadro 23. Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.....	76
Quadro 24. Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.....	77
Quadro 25. Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.....	77
Quadro 26. Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.....	77
Quadro 27. Programação de Despesas.....	79
Quadro 28. Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	80
Quadro 29. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	81
Quadro 30. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	81
Quadro 31. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	82
Quadro 32. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	83
Quadro 33. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	84
Quadro 34. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	86
Quadro 35. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	86
Quadro 36. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	88
Quadro 37 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	88
Quadro 38 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	89
Quadro 39 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	89
Quadro 40 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	90
Quadro 41. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	91
Quadro 42. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	92
Quadro 43. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (conta tipo “B” e CPGF).....	92
Quadro 44. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	93
Quadro 45. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	94
Quadro 46. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro) (Situação apurada em 31/12).....	95

Quadro 47. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.	96
Quadro 48. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.	96
Quadro 49. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.	98
Quadro 50. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12.	100
Quadro 51. Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	100
Quadro 52. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	101
Quadro 53. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).	101
Quadro 54. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.	101
Quadro 55. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.	103
Quadro 56. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.	103
Quadro 57. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.	104
Quadro 58. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.	105
Quadro 59. Composição do Quadro de Estagiários.	107
Quadro 60. Frota de Veículos do SFB.....	108
Quadro 61. Custos da manutenção da frota.	108
Quadro 62. Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.	109
Quadro 63. Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	110
Quadro 64. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.	113
Quadro 65. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.	114
Quadro 66. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.	115
Quadro 67. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.	20
Figura 2. Mapa Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro.	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção florestal e arrecadação dos contratos de concessão florestal em 2013.....	36
Tabela 2. Demandas recebidas –2013	120
Tabela 3. Demandas recebidas –2013 por Canais de entrada.....	120
Tabela 4. Demandas recebidas –2013 Origem da comunicação.....	121
Tabela 5. Demandas recebidas –2013 Tempo de resposta (quantidade e percentual).	121
Tabela 6. Pedidos recebidos –2013 Canais de entrada (quantidade e percentual).....	123
Tabela 7. Pedidos recebidos –2013 Tempo de resposta (quantidade e percentual).	123

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Parte A	14
1. Identificação e atributos do Serviço Florestal Brasileiro	15
1.1 Identificação do SFB	15
1.2 Finalidade e Competências Institucionais.....	17
1.3 Organograma Funcional	19
1.4 Macroprocessos Finalísticos	22
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	23
1.6 Principais Parceiros.....	23
2. Planejamento e Resultados Alcançados	27
2.1 Planejamento.....	27
2.1.1 Principais Objetivos Estratégicos e Estratégias Adotadas para sua Realização.....	31
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	61
2.2.1 Relação dos Objetivos e Iniciativas do PPA sob responsabilidade do SFB.....	61
2.2.2 Ações sob responsabilidade do SFB	67
2.2.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados	74
3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	78
4. Execução Orçamentária e Financeira	79
4.1 Execução das Despesas	79
4.1.1 Programação.....	79
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	80
4.1.3 Realização da Despesa.....	81
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	87
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	88
4.4 Transferências de Recursos	88
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	88
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	89
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	89

4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	90
4.4.5	Análise Crítica	91
4.5	Suprimento de Fundos	91
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	91
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	92
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	92
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	92
4.5.5	Análise Crítica	93
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ	93
5.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.	93
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	93
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	93
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	95
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	98
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	100
5.1.5	Cadastramento no Sisac	100
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	102
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	102
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	102
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	102
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	102
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	103
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	103
5.2.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	104

5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	106
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	107
6.	Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	107
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	107
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	109
7.	Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	110
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação	110
7.1.1	Análise Crítica.....	111
8.	Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	112
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	112
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	114
9.	Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	115
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	115
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	115
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	115
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	115
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	116
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	116
10.	Relacionamento com a Sociedade	118
10.1	Descrição dos canais de acesso do cidadão.....	118
	Demandas recebidas pela natureza da comunicação	120
	Demandas recebidas pelos canais de entrada	120
	Demandas recebidas pela origem da comunicação	121
10.2	.Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	123
10.3Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	124
11	Informações Contábeis	124
11.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Ativos e Passivos.....	124
11.2	Declaração do Contador	127
PARTE B	129
15	Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.	130

28	Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos.....	133
----	---	-----

Introdução

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) é órgão da Administração Federal Direta, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Sua missão é promover o uso econômico e sustentável das florestas. O SFB foi criado pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais e, dentre suas atribuições, destacam-se a implementação das concessões florestais e do Inventário Florestal Nacional.

As concessões florestais avançam gradativamente na Amazônia, permitindo a produção de madeira de forma sustentável e devidamente controlada e monitorada pelo poder público, para atender à demanda crescente de diversos setores da economia. Em 2013, o SFB publicou três editais de concessão florestal nas Florestas Nacionais Crepori, Amana e Altamira, que totalizaram 1.107.559,15 de hectares disponibilizados para concessão.

Além disso, com o objetivo de conhecermos toda a riqueza florestal brasileira, estamos implementando o Inventário Florestal Nacional (IFN-BR). Com o IFN-BR, serão geradas informações periódicas sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, diversidade, extensão, dinâmica e estoques de madeira, biomassa e carbono. No ano passado, foi iniciada a coleta de dados de campo para o inventário em quatro estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará e Rio de Janeiro.

Em relação à promoção do manejo florestal comunitário e familiar, outro eixo de atuação do SFB, o órgão, apoiou ações de assistência técnica e capacitação que beneficiaram aproximadamente 1000 famílias. Essas ações são fundamentais para ampliar a área sob manejo florestal comunitário na Amazônia, na Caatinga e no Cerrado.

O Relatório de Gestão 2013 do Serviço Florestal Brasileiro apresenta os resultados alcançados pelo órgão no âmbito de suas ações e as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da unidade.

Este relatório está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e a Portaria TCU nº 175/2013. Dessa forma, de acordo com a DN 127, o relatório contém os itens listados da Parte A, para órgãos da administração direta do Poder Executivo, e os itens 15 e 28 da Parte B.

É importante ressaltar que o SFB possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferidas por Contrato de Gestão e Desempenho. Esse Contrato estipula resultados anuais a serem alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como seus critérios de avaliação.

Destaca-se que os recursos humanos do SFB são geridos pelo MMA, o que reflete em vários itens deste relatório relativos a RH, como se verá adiante.

Parte A

1. Identificação e atributos do Serviço Florestal Brasileiro

1.1 Identificação do SFB

Quadro 1. Identificação da UJ.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Florestal Brasileiro			
Denominação abreviada: SFB			
Código SIORG: 89539		Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta		CNPJ: 37.115.375/0008-83	
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente.		Código CNAE: 8412-4	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2028-7149	(61) 2028-7249	Fax : (61) 2028-7269
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br			
Página da internet: http://www.florestal.gov.br			
Endereço Postal: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – Brasília – DF CEP: 70.818-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.284/2006 (DOU de 3/3/2006)			
Decreto nº 6.101/2007 (DOU de 27/4/2007)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Gestão e Desempenho nº 1/2010 (D.O.U. de 11 de março de 2010)			
Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e de Desempenho (D.O.U. de 7 de janeiro de 2013)			
Decreto nº 6.063/2007 (DOU de 20 de março de 2007)			
Resolução CONAMA nº 379/2006			
Decreto nº 5.975/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia para Medição de Produtos e Subprodutos Florestais Madeireiros das Concessões Florestais			
Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF 2013			
Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR 2013			
Relatório Técnico Florestas Nativas de Produção Brasileiras			
Guia para o Manejo Florestal Comunitário			
Perguntas e Respostas sobre Concessão Florestal			
Gestão de Florestas Públicas e Comunidades			
Projeto GEF de Apoio ao Inventário Florestal Nacional			
Inventário Florestal Nacional – IFN			
Serviço Florestal Brasileiro – Folder com informações institucionais sobre o SFB			

Manual de Gestão e Monitoramento dos Contratos de Concessão da Floresta Nacional do Jamari	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
440075	Serviço Florestal Brasileiro
440088	Setorial Prog. Orçamentária e Financeira – SFB
440001	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA
440094	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
440110	KFW – Serviço Florestal Brasileiro – Exterior
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
44208	Serviço Florestal Brasileiro – SFB
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
440075	44208

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais. O SFB compõe a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos do Decreto nº 6.101/2007, e é órgão específico e colegiado, subordinado a esse Ministério. Destaca-se que o SFB possui autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de Gestão e de Desempenho nº 1/2010¹, celebrado com o MMA, conforme publicado no Diário Oficial da União em 11/3/2010.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei nº 11.284/2006, em especial, o disposto no art. 55:

“Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

I – exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDP;

II – apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;

III – estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeira, não madeira e de serviços;

IV – promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;

V – propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;

VI – criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

VII – gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;

b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

VIII – apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.”

Além das competências previstas no art. 55, o Serviço Florestal Brasileiro, no exercício da função de órgão gestor, também possui as seguintes competências previstas no art. 53 da Lei nº 11.284/2006:

¹ O Contrato de Gestão e Desempenho 2010/2011, firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, já foi aditivado três vezes. Atualmente, está em vigor o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, assinado em 02 de dezembro de 2013 e vigente até 31 de dezembro de 2014.

“Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:

I – elaborar proposta de PAOF, a ser submetida ao poder concedente;

II – disciplinar a operacionalização da concessão florestal;

III – solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;

IV – elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;

V – publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;

VI – gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;

VII – dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;

VIII – controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;

IX – fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

X – cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;

XI – acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;

XII – fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;

XIII – indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;

XIV – estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;

XV – dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;

XVI – disciplinar o acesso às unidades de manejo;

XVII – atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;

XVIII – incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;

XIX – efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;

XX – conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;

XXI – promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;

XXII – reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;

XXIII – estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado.”

A Lei nº 11.284/2006 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Esse decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas, tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável. Esse instrumento possibilita o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento e a extração adequada de produtos madeireiros e não madeireiros. Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais, a geração de renda, o desenvolvimento da região e o usufruto, pelas gerações futuras, dos recursos florestais e dos serviços ecossistêmicos decorrentes da apropriada conservação das florestas.

1.3 Organograma Funcional

O Serviço Florestal Brasileiro é formado por uma Diretoria Colegiada (constituída por uma Diretoria-Geral e quatro Diretorias), Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Ouvidoria, nove gerências, dois centros especializados (LPF e Cenaflor), e quatro Unidades Regionais (UR).

As Unidades Regionais atuam como executoras das atividades demandadas pela sede do SFB, em Brasília/DF. Portanto, todas as atividades administrativas e financeiras são desempenhadas pela equipe da sede. As URs estão localizadas em Natal/RN, Curitiba/PR, Porto Velho/RO e Santarém/PA.

Na Figura 1 é apresentado o organograma do órgão.

ORGANOGRAMA DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

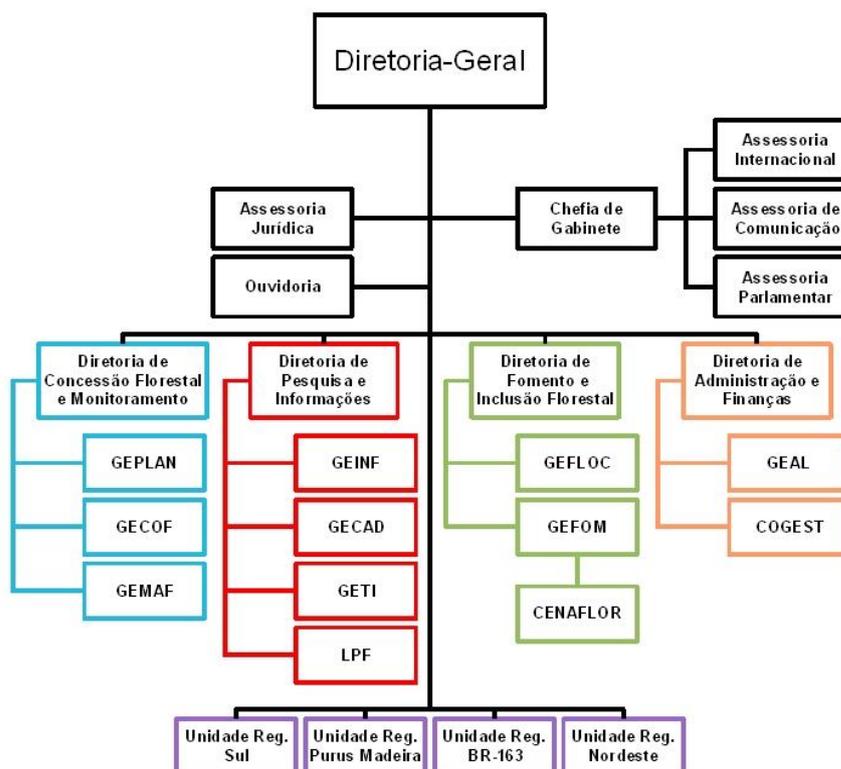


Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.

No Quadro 2 são descritas as principais atividades desenvolvidas por cada área do Serviço Florestal Brasileiro. Dessa forma, é possível visualizar o funcionamento do órgão, por unidade responsável, de acordo com seus macroprocessos, principais processos e atividades, e produtos².

² Os produtos do Serviço Florestal Brasileiro serão descritos detalhadamente no item 2 deste Relatório.

Quadro 2. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado.

Diretoria	Unidade	Macroprocesso	Processo	Principais Atividades/Produtos
Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento	Gerência de Planejamento (Geplan)	Gestão de Florestas Públicas	Concessões Florestais.	Elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal. Desenvolvimento de estudos e cenários florestais.
	Gerência de Concessões Florestais (Gecof)			Implantação de concessões florestais.
	Gerência de Monitoramento e Auditorias Florestais (Gemaf)			Monitoramento das concessões florestais.
Diretoria de Pesquisa e Informações	Gerência de Informações Florestais (Geinf)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Sistema Nacional de Informações Florestais; Inventário Florestal Nacional	Implementação do Sistema Nacional de Informações Florestais; elaboração do Inventário Florestal Nacional.
	Gerência de Cadastro (Gecad)	Gestão de Florestas Públicas	Cadastro de Florestas Públicas.	Implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.
	Gerência de Tecnologia da Informação (Geti)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Pesquisa e Transferência de Tecnologia.	Todas atividades relacionadas à área de tecnologia da informação do órgão.
	Laboratório de Produtos Florestais (LPF)			Atividades de pesquisa.
Diretoria de Fomento e Inclusão	Gerência de Florestas Comunitárias (Gefloc)	Gestão de Florestas Públicas	Manejo Florestal Comunitário.	Implementação do manejo florestal comunitário.
	Gerência de Captação e Fomento (Gefom)	Desenvolvimento Florestal Sustentável	Fomento Florestal; Silvicultura.	Implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.
	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)		Fomento Florestal.	Capacitação em manejo florestal sustentável.
Diretoria de Administração e Finanças	Gerência de Administração e Logística (Geal)	Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da instituição.	Atividades administrativas, financeiras e orçamentárias.
	Coordenação de Gestão Estratégica	Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da instituição.	Gestão Orçamentária, Planejamento e Gestão de Instrumentos de Cooperação.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Serviço Florestal Brasileiro possui dois macroprocessos finalísticos: 1- Gestão de Florestas Públicas; e 2- Desenvolvimento Florestal Sustentável.

O macroprocesso “Gestão de Florestas Públicas” é formado por quatro processos: (i) cadastro de florestas públicas; (ii) concessão florestal; (iii) manejo florestal sustentável; e (iv) monitoramento de florestas públicas. Esse macroprocesso permeia várias áreas do SFB, pois trata da principal função do órgão – promover o manejo florestal sustentável, por meio da concessão florestal e da adoção do manejo florestal comunitário. Dessa forma, todo o processo de concessão florestal – que se inicia com o cadastro de uma área florestal no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, a publicação do Plano Anual de Outorga Florestal, a publicação de editais de concessão florestal e a assinatura de seu contrato e, por fim, o monitoramento das concessões florestais – está contido nesse macroprocesso. Além disso, as ações relacionadas à implementação do manejo florestal sustentável, como a contratação de assistências técnicas florestais e a promoção de arranjos produtivos locais, são desenvolvidas dentro desse macroprocesso.

As unidades do Serviço Florestal Brasileiro envolvidas com a “gestão de florestas públicas” trabalham em conjunto, pois as atividades desenvolvidas por uma gerência dependem diretamente dos resultados alcançados pela outra gerência.

Por sua vez, o macroprocesso “Desenvolvimento Florestal Sustentável” é formado por cinco processos: (i) Sistema Nacional de Informações Florestais; (ii) Inventário Florestal Nacional; (iii) Silvicultura; (iv) Pesquisa e Transferência de Tecnologia; e (v) Fomento. Nesse macroprocesso estão incluídas atividades muito diversas, que variam desde o desenvolvimento de pesquisas e capacitações na área florestal até a implementação de projetos de fomento florestal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Os resultados pretendidos por esse macroprocesso são os seguintes:

- implementação e consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif);
- implementação do Inventário Florestal Nacional;
- desenvolvimento de pesquisas na área florestal;
- realização de capacitações em manejo florestal sustentável; e
- implementação de projetos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O SFB possui um macroprocesso de apoio, o “desenvolvimento institucional”. Nesse macroprocesso estão contidas todas as atividades administrativas, orçamentárias e financeiras do órgão. Assim, a gestão de pessoas, a estruturação física do órgão, os processos administrativos, as contratações, os processos licitatórios, o protocolo, o patrimônio, enfim, tudo o que se relaciona com a gestão administrativa do órgão faz parte desse macroprocesso.

1.6 Principais Parceiros

Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Os principais órgãos parceiros do Serviço Florestal Brasileiro, nos assuntos relacionados ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), são:

- 1- no âmbito federal: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (do MDA), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério da Defesa (MD);
- 2- no âmbito estadual, os Institutos de Terras e os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Esses órgãos repassam ao Serviço Florestal informações georeferenciadas sobre as áreas de terras públicas federais, estaduais e em alguns casos as municipais.

Planejamento Florestal

Para a estruturação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o SFB recebe e consolida as informações de diferentes órgãos do governo, tais como a ANP, DNIT, ICMBio, ANA, DNPM, CDN e de órgãos e institutos de pesquisa, tais como a UFMG, USP, Imazon, Ipam, dentre outras.

Concessões Florestais

A implementação das concessões florestais conta com vários parceiros, desde órgãos federais até organismos internacionais.

Com o objetivo de promover as concessões florestais nos estados, o SFB presta suporte técnico na estruturação dos programas dos principais estados detentores de florestas públicas. Essa assessoria visa repassar aos órgãos estaduais de florestas a experiência acumulada pelo Serviço Florestal Brasileiro na modelagem de editais de concessão, na normatização do processo e na gestão de contratos. Os governos estaduais parceiros são o do Pará, o do Acre, o do Amapá e o do Amazonas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) participam diretamente do processo de concessão florestal. O ICMBio é o órgão gestor das Florestas Nacionais, onde são realizadas as concessões, e é o responsável pela elaboração e aprovação dos Planos de Manejo dessas unidades de conservação. Por sua vez, o Ibama é o responsável pelo licenciamento ambiental das operações florestais dos concessionários, analisando e aprovando os Planos de Manejo Florestal Sustentável e os Planos Operativos Anuais, e realizando o monitoramento e a fiscalização ambiental da produção florestal.

Diversas outras agências governamentais e não governamentais também possuem cooperações técnicas com SFB, com destaque para a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), com ações voltadas para a promoção comercial das empresas concessionárias; o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), que apoia a divulgação de editais de concessão florestal junto às redes que reúnem empresas comprometidas com a legalidade da produção florestal; e o Serviço Florestal Norte-Americano, por meio de assessoria técnica na área de estradas florestais e intercâmbio de experiências.

Monitoramento das Concessões Florestais

Em relação ao monitoramento dos contratos de concessão florestal, o SFB conta com o Ibama, o ICMBio, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), além de universidades e centros de pesquisa. O Ibama e o ICMBio atuam no monitoramento ambiental, e os demais órgãos nas cláusulas contratuais relativas à auditoria independente, ao monitoramento da biodiversidade e à geração de pesquisas nas unidades de manejo florestal.

Inventário Florestal Nacional (IFN)

Para a implementação do Inventário Florestal Nacional no Brasil, são estabelecidos acordos de cooperação técnica e convênios com instituições estaduais, que realizam o inventário em seus territórios.

Foram estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica com as seguintes instituições: Embrapa, Semace, FURB, Semarh, Sema/PR, SEAB e SEA/RJ.

Também foram formalizados acordos de cooperação com organismos internacionais, como a Agência de Cooperação Alemã (*Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ*) e um contrato de Concessão Financeira Não Reembolsável com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), por meio do Fundo Amazônia.

Fomento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), para o financiamento de seus projetos, conta com o apoio do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC) e do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), do MMA.

A parceria entre o FNDF e o Fundo Nacional para as Mudanças Climáticas – Fundo Clima, foi ampliada em relação a parceria estabelecida em 2012. Com a assinatura de um novo termo de cooperação, o FNDF recebeu R\$ 8.440,00 para apoiar os 65 projetos, selecionados em 6 chamadas públicas realizadas em 2013.

As ações de colaboração mútua entre o FNMA e o SFB continuam, sendo que o Serviço Florestal Brasileiro, por meio da sua Unidade Regional no Nordeste, é responsável por acompanhar a execução dos contratos firmados na operação que envolveu FNMA e Fundo Socioambiental da Caixa para o lançamento do Termo de Referência nº 1/2011 – Eficiência Energética e Uso Sustentável da Caatinga, o qual contou com aportes técnicos do Serviço Florestal Brasileiro em sua fase de construção.

Outra contribuição do FNDF para as ações do FNMA, foi seu envolvimento na formulação do edital 2/2013 – Apoio ao cumprimento da nova Lei Florestal nº 12.651/2012, por meio do fortalecimento à produção e a oferta de sementes e mudas nativas para a recuperação de áreas de preservação permanente, o qual teve um projeto aprovado no Cerrado baiano que totalizou aproximadamente um milhão de reais.

Na área de capacitação, a continuidade da cooperação com a Fundação Roberto Marinho na elaboração e implementação do “Projeto Florestabilidade: educação para o manejo florestal”, iniciada em 2012, com o objetivo de conceber, elaborar e executar projetos na área de educação para o uso sustentável dos recursos florestais, resultou na realização de diversas oficinas de capacitação de mediadores do Projeto em suas respectivas instituições de ensino. Para a realização dessas oficinas foram agregados ao Projeto as secretarias de educação dos estados do Pará, Amapá, Acre, Amazonas, e Rondônia, a secretaria municipal de educação de Cotriguaçu – MT e organizações do terceiro setor.

Também foi articulada parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Pronatec-Campo, para reforçar o Guia Pronatec de Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) no que confere a oferta de cursos de temática florestal. Como resultado foram inseridos no Guia os cursos de: (a) administrador de empreendimentos florestais de base comunitária; (b) beneficiador de produtos extrativistas; (c) carvoejaador; e (d) manejador de florestas nativas para uso múltiplo. Inaugurando, assim, a contribuição do SFB ao Programa e ampliando a oportunidade de oferta de qualificação profissional nesses temas.

No âmbito da execução do Componente III - Capacitação para o Manejo Florestal, do Projeto de Cooperação Técnica intitulado “Gestão florestal para a produção sustentável na Amazônia”, fruto da cooperação Brasil-Alemanha, foram iniciadas as tratativas com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), para a implementação e co-gestão de um centro de excelência em extensão florestal, contribuindo diretamente no desenvolvimento do Distrito Florestal da BR-163.

O SFB, por meio do Cenaflor, foi inserido como parceiro da Embrapa no arranjo de projetos “TechCast: Tecnologias para o fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil em áreas naturais”, que tem por objetivo gerar, adaptar e integrar ferramentas tecnológicas e sociais para promover o fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil, e que será iniciado em 2014.

Em cooperação com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), o Cenaflor iniciou seus trabalhos de delineamento da atuação com educação a distância e vem aprimorando seus instrumentos de planejamento pedagógico para processos educacionais presenciais e a distância.

Manejo Florestal Comunitário

As ações de apoio ao manejo florestal comunitário tiveram como principais parceiros, além das secretarias afins do Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, o Inbra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por serem os órgãos responsáveis pela gestão das áreas onde se desenvolvem as ações de manejo florestal comunitário e familiar, bem como pela execução da política nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater) para esses produtores. Adicionalmente, os estados do Amapá e do Pará, por meio de seus institutos florestais, atuaram em conjunto com o SFB em prol do fomento a atividades produtivas florestais comunitárias e familiares.

Fora do âmbito governamental, o macroprocesso contou com a parceria de instituições não governamentais sem fins lucrativos que executam as ações nos estados.

Pesquisa e Transferência de Tecnologia

Conforme apresentado no item 1.3, o Serviço Florestal Brasileiro possui em sua estrutura o Laboratório de Produtos Florestais (LPF), responsável pela elaboração e execução de pesquisas na área. Pesquisadores do LPF participam de projetos de P&D em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Universidade de Brasília (UnB), a Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira (ANPM), a Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad), a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), o Instituto Sinchi e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 Planejamento

A visão, a missão, os valores, os macroprocessos, os processos e as metas estratégicas do órgão são apresentados no Quadro 3.

No Quadro 4 é apresentada a vinculação dos processos do SFB com os objetivos, iniciativas e ações do Plano Plurianual.

Matriz Lógico Institucional 2012-2015 (Macroprocessos)



MISSÃO

Conciliar uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras.

VISÃO

Ser referência no desenvolvimento florestal e reconhecido como órgão inovador e de excelência na gestão pública.

VALORES

Transparência: comunicar à sociedade ações, resultados e informações de forma acessível, frequente e clara.

Respeito à diversidade de opiniões: fazer das diferenças uma oportunidade de amadurecimento e evolução das idéias e conceitos.

Participação social e cooperação: promover oportunidades de interação e ampla participação para nortear nossas ações em função do interesse público.

Inteligência institucional: evoluir por meio do conhecimento e do aprendizado gerado pelas interações pessoais e organizacionais.

Comprometimento: agir de forma proativa, dedicada e inovadora.

Quadro 3. Matriz Lógico-Institucional 2012-2015.

Macroprocessos	Processos	Objetivos Específicos	Metas Estratégicas
Gestão de Florestas Públicas	Cadastro das Florestas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atualização e integração cadastral e disponibilização pública das informações. ✓ Destinação de áreas de florestas públicas federais não destinadas prioritárias para a produção florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% das florestas públicas cadastradas no CNFP. ✓ 6 milhões de hectares de florestas públicas destinadas para produção florestal.
	Concessão Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar e gerir as concessões florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 milhões de hectares de florestas públicas federais sob concessão.
	Manejo Florestal Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar o número de famílias beneficiadas pelo manejo florestal comunitário e familiar de uso múltiplo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 5.000 famílias beneficiadas pelo manejo sustentável de suas florestas até 2015.
	Monitoramento de Florestas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Monitorar os contratos de concessão florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos contratos de concessão monitorados.
Desenvolvimento Florestal Sustentável	Sistema Nacional de Informações Florestais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidação do Snif como um instrumento de planejamento e transparência da gestão pública florestal.

	Inventário Florestal Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar Inventário Florestal Nacional – primeira edição (2015). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Primeiro ciclo do IFN concluído.
	Silvicultura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar a concessão florestal por meio de reflorestamento de áreas públicas federais degradadas ou convertidas. ✓ Promover o desenvolvimento da Silvicultura com espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 50 mil hectares de reflorestamento em concessões de áreas públicas federais degradadas ou convertidas. ✓ 13 tecnologias difundidas.
	Pesquisa e Transferência de Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver pesquisas para melhorar o aproveitamento dos recursos florestais. ✓ Promover pesquisa em manejo florestal sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 89 pesquisas realizadas. ✓ Rede de pesquisa em manejo florestal sustentável implantada.
	Fomento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a capacitação e extensão em atividades florestais. ✓ Operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. ✓ Promover Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento da economia de base florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 3.000 pessoas capacitadas entre produtores, técnicos e funcionários públicos, em atividades florestais sustentáveis. ✓ 60 projetos apoiados. ✓ 3 Arranjos Produtivos Apoiados.
Desenvolvimento Institucional	Desenvolvimento das capacidades da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir o modelo de gestão institucional do Serviço Florestal Brasileiro. ✓ Implantar quadro de pessoal permanente. ✓ Implantar estrutura física adequada para o funcionamento da instituição. ✓ Normatizar processos administrativos. ✓ Implantar execução eficiente das ações planejadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Novo modelo institucional implantado. ✓ Ingresso de 250 servidores públicos efetivos. ✓ SFB instalado em sede própria. ✓ 100% dos processos administrativos normatizados. ✓ 80% das ações planejadas implementadas.

Quadro 4. Vinculação do planejamento estratégico (Matriz Lógica, Quadro 3) com o PPA.

PROGRAMA 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios				
Processo - Matriz Lógica	Objetivo PPA	Iniciativa	Ação	Ação Nome
Monitoramento de Florestas Públicas	0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.	01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.	20WC	PLANEJAMENTO, GESTÃO E CONTROLE DAS CONCESSÕES FLORESTAIS
Concessão Florestal				
Silvicultura	0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.	01JF - Desenvolvimento da silvicultura com espécies nativas e de sistemas agroflorestais.	20WB	PESQUISA E INFORMAÇÕES FLORESTAIS
Fomento	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)	00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis		
Pesquisa e Transferência de Tecnologia		00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.		
Cadastro das Florestas Públicas				
Sistema Nacional de Informações Florestais			20WD	INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL
Inventário Florestal Nacional				
Manejo Florestal Comunitário	0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.	01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.	20WA	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO FAMILIAR

Com o objetivo de alcançar as metas estratégicas traçadas, o SFB desenvolve o seu Plano Operacional Anual (POA), instrumento de planejamento das atividades que visam atingir as metas anuais. Destaca-se que esse planejamento é detalhado com base nos valores de crédito descentralizados pelo MMA e divididos por área do SFB. Portanto, cada área (gerência) planeja de acordo com o seu orçamento específico.

A execução orçamentária desse Plano é monitorada pela Coordenação de Gestão Estratégica (Cogest), que realiza reuniões trimestrais com as unidades finalísticas do SFB, a fim de monitorar a execução das metas planejadas e realizar, se necessário, a realocação desses valores às unidades durante o exercício financeiro.

2.1.1 Principais Objetivos Estratégicos e Estratégias Adotadas para sua Realização

No item 2.1 deste Relatório foi apresentada a Matriz Lógico-Institucional do Serviço Florestal Brasileiro, que representa o seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2015. Essa Matriz contém os objetivos estratégicos definidos pelo SFB e as metas traçadas para o alcance de resultados.

Este item 2.1.1 tem como finalidade descrever e analisar as estratégias adotadas pelo órgão para o desenvolvimento de seus objetivos estratégicos.

CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS (CNFP)

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas 2013
✓ Atualização e integração cadastral e disponibilização pública das informações.	✓ 85% das florestas públicas cadastradas no CNFP.

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi instituído pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, e seus procedimentos operacionais foram fixados pelas Resoluções SFB nºs 02/2007 e 03/2011.

O CNFP é composto por informações do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e dos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Seu objetivo é reunir dados sobre as florestas públicas brasileiras, a fim de subsidiar o planejamento da gestão florestal. De acordo com o Decreto nº 6.063/2007, o Cadastro das Florestas Públicas deve conter as informações sobre as terras de dominialidade pública, que possuem florestas, a partir da data base de 02 de março de 2006.

Os órgãos federais e os órgãos estaduais que fazem a gestão de terras públicas contribuem para o CNFP. Assim, para a elaboração do Cadastro Geral de Florestas Públicas da União, destaca-se a

participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), da Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal) – ambos do Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Defesa (MD). Para a elaboração dos cadastros estaduais, participam os órgãos ambientais, os de florestas ou os institutos de terras de cada estado.

Ressalta-se também que, conforme disposto na Lei nº 11.284/2006, o CNFP está em processo de interligação com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Incra/MDA.

Iniciado no ano de 2007, com abrangência nacional, o CNFP foi atualizado pela sexta vez no ano de 2013. Nesse ano, foram montadas as infraestruturas de armazenamento e *backup* de dados, para garantir a manutenção dos bancos de dados e sistemas de disseminação de informações georeferenciadas.

Além disso, foi firmado acordo de cooperação com a Agência Aeroespacial Japonesa (Jaxa), para transferência de imagens de radar do todo o território brasileiro, e com o IBGE, para a transferência de dados do órgão, que servirão para aprimorar o mapa das florestas do ano de 2006 do SFB.

Em 2013, o CNFP teve acréscimo de 4.955.186 ha de florestas públicas, o que representou o incremento de aproximadamente 1,6% em relação ao ano de 2012. Entre os anos de 2007 e 2013, foram cadastrados aproximadamente 313 milhões de hectares de florestas públicas no Brasil, o equivalente a cerca de 36% do território brasileiro e a 63% das florestas brasileiras. Assim, a meta de cadastrar 85% das florestas públicas no CNFP foi cumprida.

As florestas públicas podem ser divididas em dois grandes grupos: i) florestas destinadas; e ii) florestas não destinadas. O primeiro grupo subdivide-se em diversas categorias de destinação fundiária.

Dos 313 milhões de hectares de florestas públicas, possuem destinação 187.645.570 ha federais e 44.875.413 ha estaduais. Não possuem destinação 36.208.521 ha federais e 44.875.413 ha estaduais. A maior parte das florestas públicas não destinadas estaduais está na região da Amazônia Legal.

Destaca-se que o CNFP é resultado de um processo dinâmico e com atualização anual, pois áreas não destinadas podem passar a ter uma destinação, bem como áreas destinadas podem ter seu tipo de destinação alterada. A principal estratégia para essa atualização se baseia no constante aprimoramento dos sistemas de permuta de informações.

Atualmente existem várias políticas que mantêm a sustentabilidade da permuta de informação entre os órgãos de governo. As informações entre os órgãos federais são obtidas sem que seja necessária a solicitação dos dados, pois a maioria dos órgãos dispõe de sistema informatizado, que disponibiliza os dados *on-line*. Já nas esferas estaduais e municipais, em alguns casos, ainda existe a necessidade de solicitação formal dos dados para que venham a serem disponibilizados. Ainda, em outros casos, os dados não estão organizados de maneira que seja possível a inclusão das informações no cadastro.

Objetivos Estratégicos	Metas Estratégicas 2013
✓ Destinação de áreas de florestas públicas federais não destinadas prioritárias para a produção florestal.	✓ 190.000 hectares de florestas públicas destinadas para a produção florestal

Em relação a esse objetivo, em 2013 foram encaminhadas as manifestações de interesse em duas áreas remanescentes do processo de regularização em glebas públicas federais: a gleba Pauari e a Urupadi (ambas de interesse do SFB e do ICMBio para destinação ao MMA, com área de aproximadamente 800.000 hectares).

Além disso, uma outra área está em processo de destinação ao SFB (Remanescente da Gleba Curuquetê, no município de Lábrea - AM), que está em tramitação na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para finalização do termo de entrega ao MMA. Essa iniciativa é parte do esforço conjunto do PPCDAM³ para destinar terras públicas federais ainda sem destinação na Amazônia e estimular o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável na região.

A iniciativa de proposição de áreas de florestas para a destinação ao desenvolvimento florestal depende administrativamente do Incra e da SPU, além dos órgãos consultados. Após manifestação do SFB, o Incra deve consultar a Funai e o ICMBio para verificar se existe algum interesse imediato ou futuro nas áreas. Posteriormente ao destaque de possíveis áreas destinadas à regularização fundiária, a área remanescente da gleba pode ser desafetada do Incra e a SPU redefine a destinação ao SFB, por meio do termo de entrega. Todo o procedimento administrativo envolve outros órgãos federais e, embora este procedimento seja rotineiro para o ICMBio e para a Funai, é novo para o SFB.

Também é importante ressaltar que foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para encaminhar os assuntos relacionados a destinação de terras públicas para regularização fundiária (Programa Terra Legal), criação de Terras Indígenas, criação de Unidades de Conservação e de Áreas para a Produção Florestal Sustentável.

Por fim, ocorreram a desafetação, por parte do MDA de três áreas com florestas, as quais o MMA manifestou interesse (criação de Unidade de Conservação ou Produção Florestal Sustentável). O contexto é favorável à destinação das áreas, no entanto os conflitos de interesse, somado a falta de informações no âmbito das competências de cada órgão, e ainda a inexistência dos procedimentos para a transferência das terras públicas aumentam o tempo de conclusão da efetiva destinação das florestas públicas.

³ Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

CONCESSÃO FLORESTAL

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Implantar e gerir as concessões florestais.	✓ 1 milhão de hectares de florestas públicas federais sob concessão.

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2013

No que tange ao planejamento das concessões florestais, o SFB elaborou e publicou em 2013 o Plano Anual de Outorga Florestal 2014 (Paof), instrumento de planejamento das ações voltadas à produção florestal sustentável no âmbito da União, instituído pela Lei Federal nº 11.284/2006 e normatizado pelo Decreto nº 6.063/2007.

O Paof identifica o conjunto de florestas públicas elegíveis para fins de concessão florestal no ano de sua vigência, devendo ser publicado até 31 de julho do ano que o antecede, prazo cumprido em 2013. O Paof descreve o processo de seleção dessas florestas, em atendimento aos critérios estabelecidos na Lei e no Decreto supracitados, bem como discorre sobre a caracterização de cada uma delas, além de fornecer dados sobre as concessões que já se encontram em andamento.

O processo de elaboração do Plano está estruturado em diferentes etapas. Além de reuniões realizadas junto a outros órgãos públicos federais, o Plano incorpora considerações de representantes do poder público estadual e da sociedade civil organizada, manifestações feitas durante a reunião anual da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), de caráter consultivo. Ademais, a minuta do Paof fica disponibilizada, via internet, para consulta pública por um período de um mês.

Nesta perspectiva e em atendimento às exigências da Lei de Gestão de Florestas Públicas, o Plano consubstancia e sintetiza os apontamentos das consultas prévias e as manifestações formais feitas pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e pela Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

O Paof 2014 aponta e descreve as florestas públicas federais passíveis de estabelecimento de unidades de manejo florestal para concessão, no período de janeiro a dezembro de 2014. Para essa finalidade, considera a convergência e o alinhamento com outras políticas públicas setoriais, programas, planos e demais instrumentos de gestão e de planejamento de cunho estratégico para o desenvolvimento nacional e regional, tais como, o Programa Nacional de Florestas (PNF), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Macrozoneamento

Ecológico-Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE) e o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam), dentre outros.

A análise estratégica das áreas florestais passíveis de serem licitadas para fins de concessão perpassa a análise acerca da sobreposição da concessão florestal com concessões de outros setores, como por exemplo, para fins de mineração, de exploração de petróleo, gás natural e de biocombustíveis, implantação de infraestrutura, para fins energéticos e uso das águas.

A elaboração do Plano se deu a partir dos dados do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), segundo o qual as florestas públicas brasileiras cadastradas totalizavam aproximadamente 308 milhões de hectares em novembro de 2012, dos quais cerca de 226 milhões correspondiam a florestas públicas federais, 82 milhões a florestas públicas estaduais e 82,5 mil hectares a florestas públicas municipais.

O montante de florestas públicas federais foi analisado a fim de determinar aquelas aptas à concessão florestal, considerando impedimentos e restrições legais existentes em cada caso, resultando, conseqüentemente, na exclusão de parte destas florestas. Isto posto, da área total de florestas públicas federais, o Paof 2014 excluiu 98,6%, do total de florestas públicas, referentes aos hectares destinados a diferentes usos como, por exemplo, terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral e áreas de uso comunitário, resultando em 4,3 milhões de hectares elegíveis para fins de concessão florestal.

As áreas passíveis de concessão em 2014 compreendem onze Florestas Nacionais (Flonas) e duas áreas destacadas de gleba não destinada, com interesse do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para destinação direta, estando distribuídas em quatro Unidades da Federação: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

Visando promover a equidade na política de gestão florestal no país e assegurar oportunidade de acesso às concessões por parte de pequenas, médias e grandes empresas, o Paof 2014 define categorias de Unidades de Manejo Florestal (UMF) para fins de concessão florestal – cada categoria está associada a uma classe de tamanho da UMF -, a partir das peculiaridades regionais, como a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta, e da capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos e serviços objeto da concessão. O Plano estabelece, ainda, a obrigatoriedade de inclusão de pelo menos duas destas categorias em cada lote de concessão contido nos editais a serem lançados em 2014, devendo ser uma destas categorias, necessariamente, pequena.

Informações referentes aos sistemas de controle federal e estadual da produção madeireira e não madeireira da Amazônia Legal, constantes no Paof 2014, foram obtidas, respectivamente, a partir de dados oficiais dos sistemas eletrônicos de controle florestal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio do Documento de Origem Florestal (DOF), e dos

estados, a partir do Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (Sisflora), referentes ao ano de 2012.

Concessão Florestal

As concessões florestais são o modelo de gestão preconizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, a fim de promover um desenvolvimento de base florestal sustentável e legal. As concessões florestais propiciam a segurança fundiária aos Planos de Manejo Florestal Sustentável, necessária para investimentos de longo prazo, com agregação de valor local, e asseguram para a sociedade a origem de produtos florestais de qualidade.

Atualmente, o SFB possui contratos para concessão florestal em três Florestas Nacionais (Flonas): Jamari (RO), Jacundá (RO) e Saracá-Taquera (PA). Na Flona Jamari, estão sob concessão 63.360,53 hectares, distribuídos em duas Unidades de Manejo Florestal (UMFs): UMF I (17.176,37 ha) e UMF III (46.184,16 ha). Na Flona Saracá-Taquera, estão sob concessão 48.703,43 hectares: UMF II (29.769,81 ha) e UMF III (18.933,62 ha).

Em 2013, o SFB assinou dois contratos de concessão florestal na Flona Jacundá, em Rondônia, totalizando 87.772,23 ha, distribuídos em duas UMFs: UMF I (55.014,27 ha) e UMF II (32.757,96 ha). A vencedora da concorrência para ambas as UMFs foi a empresa Madeflona Industrial Madeireira Ltda.

No total, encontram-se disponibilizados para a concessão florestal, até o momento, 199.836,19 ha de floresta, com previsão de manejo sustentável por 40 anos, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Produção florestal e arrecadação dos contratos de concessão florestal em 2013.

Flona	UMF	Empresa	Área UMF (hectares)	Volume produzido (m ³)	Valor arrecadado (R\$)
Jamari	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	17.176,37	9.640,55	666.946,60
	III	Amata S/A	46.184,16	25.656,57	1.467.085,90
Subtotal			63.360,53	35.297,12	2.134.032,50
Saracá-Taquera	II	Ebata Produtos Florestais Ltda	29.769,81	28.306,25	3.073.030,38
	III	Golf Indústria, Com. e Export. Madeiras Ltda	18.933,62	10.112,62	134.963,07

Subtotal		48.703,43	38.418,87	3.207.993,45
Jacundá	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	55.014,27	-
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	32.757,96	-
Subtotal		87.772,23	-	-
Total		199.836,19	73.715,99	5.342.025,95

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro.

Ainda em 2013, o SFB publicou três editais de concessão florestal nas seguintes Florestas Nacionais : Crepori, Amana (lote II) e Altamira. As 11 UMFs submetidas a concessão florestal nessas 3 Flonas totalizam 1.107.559,15 de hectares. O Quadro 5 apresenta um resumo dos processos licitatórios lançados em 2013.

Quadro 5. Resumo dos processos licitatórios para concessão florestal lançados em 2013⁴.

Editais de concessão florestal	UF	Área licitada	UMFs	Estágio do certame
Flona de Crepori	PA	442.388,24	4	Aguardando resultado do processo licitatório
Flona de Amana II	PA	303.253,91	3	Aguardando início da sessão de habilitação
Flona de Altamira	PA	361.917,00	4	
TOTAL		1.107.559,15	11	-

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro.

A não conclusão dos certames e consequentemente o não alcance da meta estratégica prevista de 1 de milhão de hectares de florestas públicas federais sob concessão florestal ocorreu, entre outros, pelos seguintes motivos:

- necessidade de revisão e remodelagem de dispositivos dos editais e contratos, o que levou ao retardo na finalização dos editais acima elencados;

⁴ A sessão de abertura dos envelopes de habilitação da Flona Crepori foi realizada em 29/01/2014. O resultado da fase de habilitação foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 19/02/2014, seção 3, página 131.

A sessão de habilitação do processo licitatório para a Flona Amana (lote II) foi realizada em 20 de fevereiro de 2014.

A sessão de habilitação do processo licitatório para a Flona Altamira está agendada para 13 de março de 2014.

A etapa administrativa do processo licitatório da Flona Saracá-Taquera (lote sul) foi concluída em 2013. A área licitada é de 86.306 hectares, assim distribuídos: UMF IA (26.898 ha) e UMF IB (59.408 ha). Estima-se a assinatura dos contratos para o primeiro trimestre de 2014.

- b) republicação do edital da Flona de Crepori, em razão de um ajuste decorrente de um pedido de impugnação do instrumento editalício;
- c) estipulação, nos casos das Flonas Crepori, Amana (lote II) e Altamira, de prazo de 180 dias entre a publicação do edital e a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação, para permitir um melhor planejamento por parte das possíveis interessadas, maior tempo para visitar as UMFs e um período mais extenso para contatar eventuais futuros investidores.

MONITORAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Monitorar os contratos de concessão florestal.	✓ 100% dos contratos sob concessão monitorados.

O monitoramento das concessões florestais é realizado por meio do acompanhamento e da verificação do cumprimento das obrigações contratuais firmadas entre as empresas concessionárias vencedoras dos processos de licitação e o Serviço Florestal Brasileiro. Dentre essas cláusulas se destacam o regime econômico e financeiro, as obrigações do concessionário, a prestação de contas, os relatórios, o sistema de cadeia de custódia das concessões e o sistema de rastreamento dos veículos de transporte da madeira.

Dentro do processo de licitação para concessão florestal, os editais determinam indicadores para a avaliação da melhor proposta técnica das empresas participantes. Esta determinação está em consonância com o inciso II do art. 26 da Lei de Gestão das Florestas Públicas (nº11.284/2006), que afirma que tal escolha deva se basear no menor impacto ambiental, nos maiores benefícios sociais diretos oferecidos, na maior eficiência e na maior agregação de valor ao produto ou serviço florestal na região da concessão. A verificação do cumprimento dos critérios apresentados na proposta técnica escolhida faz parte da rotina de monitoramento das concessões florestais.

Essa verificação iniciou-se no ano de 2010, nas concessões florestais em operação na Flona do Jamari, no estado de Rondônia. Esse procedimento iniciou com a avaliação do monitoramento da dinâmica de crescimento e da recuperação da floresta, do investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade local. No ano de 2012, procedeu-se a avaliação dos indicadores de menor impacto ambiental, maior benefício social, geração de empregos locais e a geração de empregos na concessão florestal.

Por sua vez, no ano de 2013, esta avaliação foi iniciada nas concessões em operação na Flona de Saracá-Taquera, no estado do Pará. Os indicadores avaliados foram o de monitoramento da dinâmica de

crescimento e da recuperação da floresta, de geração de empregos locais e de empregos gerados pela concessão florestal.

O indicador “redução de danos à floresta remanescente durante a exploração florestal”, referente ao critério de menor impacto ambiental está em revisão desde o ano de 2012 quando se iniciaram testes para o desenvolvimento de uma nova metodologia. No ano de 2013, esses testes foram incrementados com a utilização de dados obtidos dos através da tecnologia de radar LiDAR (*Light Detection And Ranging*).

A atividade de monitoramento das concessões florestais também inclui atividades de campo, com visitas periódicas às áreas concedidas. O objetivo destas visitas é o acompanhamento das atividades de exploração, bem como assegurar e disciplinar o controle de toda a produção de produtos florestais e garantir medidas corretivas no processo, quando necessárias.

No ano de 2013, os técnicos do Serviço Florestal Brasileiro realizaram vistorias técnicas tanto nas concessões florestais em operação na Flona do Jamari (RO) como nas da Flona de Saracá-Taquera (PA). Estas visitas foram realizadas durante o período de operação, e permitiram o acompanhamento das atividades de exploração, bem como a verificação do cumprimento das obrigações assumidas no contrato de concessão florestal e da implantação das infra-estruturas necessárias para a execução dos planos de manejo florestal. De forma geral, constatou-se que os concessionários operaram em obediência às cláusulas contratuais e utilizaram práticas de exploração florestal com impacto reduzido.

Os principais aspectos identificados nessas visitas foram relacionados aos ajustes no sistema de controle de cadeia de custódia e a correção nas estruturas implantadas (parcelas permanentes) necessárias a verificação da dinâmica de crescimento e recuperação da floresta.

Em relação às auditorias florestais independentes, foi estendido por mais um ano o Acordo de Cooperação Técnica na área de avaliação da conformidade das concessões florestais públicas junto ao Inmetro, iniciado no ano de 2010. O plano de trabalho acordado com esta instituição se concentra na operacionalização dos instrumentos de acreditação já desenvolvidos, levando à realização das auditorias florestais independentes (AFI) nas concessões implantadas e por organismos devidamente acreditados no contexto do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC). Esse plano inclui o estabelecimento de critérios, indicadores e condições mais claras para a realização e garantia da publicidade das AFI em florestas públicas federais, bem como atividades de capacitação dos diversos atores envolvidos no processo e de disseminação junto aos organismos de acreditação e empresas atuando no mercado florestal.

Assim, a meta física de monitorar 100% dos contratos de concessão florestal foi atingida no ano de 2013. Para tal foi realizada a avaliação do cumprimento das cláusulas contratuais e dos indicadores

apresentados na proposta técnica, além de vistorias de acompanhamento nas Flonas do Jamari e de Saracá-Taquera. Um resumo das ações realizadas durante o monitoramento está apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Quadro comparativo entre as obrigações legais e as ações desenvolvidas pelas concessionárias nas Flonas do Jamari e Saracá-Taquera.

Cláusulas Contratuais	Situação em 2013			
	Floresta Nacional do Jamari		Floresta Nacional de Saracá-Taquera	
	UMF I	UMFIII	UMF II	UMFIII
Atividades de exploração - corte, traçamento, arraste e transporte (cláusula 9º, inciso II)	Atende	Atende	Atende	Atende
Alojamento (cláusula 9º, inciso VIII)	Não se aplica ⁵		Atende	Atende
Assistência à saúde (cláusula 9º, inciso VIII)	Atende	Atende	Atende	Atende
Refeitório (cláusula 9º, inciso VIII)		Atende	Atende	Atende
Segurança (cláusula 9º, inciso VIII)	Atende	Atende	Atende	Atende
Transporte (cláusula 9º, inciso VIII)	Atende	Atende	Atende	Atende
Acompanhamento técnico (cláusula 9º, inciso XIX)	Atende	Atende	Atende	Atende
Condições de acesso e permanência na UMF (cláusula 1º, subcláusula 1,2-b e cláusula 9º, inciso XX)	Atende	Atende	Atende	Atende
Estradas, pátios e pontes (cláusula 9º, inciso XXIII)	Atende	Atende	Atende	Atende
Sistema de cadeia de custódia (cláusula 24º, subcláusula 24.1)	Atende	Atende	Atende	Atende
Posto de Controle (cláusula 27º)	Atende	Atende	Não se aplica ⁶	
Monitoramento da dinâmica de crescimento e da recuperação da floresta (Indicador A1)	Atende	Atende	Atende	Atende
Investimento em infra-estrutura e serviços para comunidade local (Indicador A3)	Atende	Atende	Atende	Atende
Geração de empregos locais (Indicador A4)	Atende	Não atende	Não se aplica ⁷	
Geração de empregos pela concessão florestal (Indicador A5)	Não atende	Não atende		
Diversidade de produtos explorados na unidade de manejo florestal (Indicador A6)	Não atende	Não atende		
Diversidade de espécies exploradas na unidade de manejo florestal (Indicador A7)	Não atende	Não atende		
Grau de processamento local do produto (Indicador A9)	Não atende	Não atende		
Relatório de Produção Mensal (cláusula 20º subcláusula 20.1)	Atende	Atende	Atende	Atende

⁵ Não se aplica, pois os funcionários não pernoitam na unidade de manejo, já que é oferecido transporte diário para o ambiente de trabalho dado a facilidade de acesso ao local e o deslocamento ser relativamente curto.

⁶ Não se aplica para o exercício de 2013.

⁷ Não se aplica, pois a apuração destes indicadores iniciará a partir do ano de 2014.

Relatório Anual Sobre a Gestão dos Recursos Florestais (cláusula 20º subcláusula 20.2)	Atende	Atende	Atende	Atende
Plano de Manejo (cláusula 20º subcláusula 20.3)	Atende	Atende	Atende	Atende
Plano Operacional Anual (cláusula 20º subcláusula 20.4)	Atende	Atende	Atende	Atende

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Ampliar a área sob manejo florestal de uso múltiplo comunitário e familiar.	✓ 1000 famílias beneficiadas com o manejo. ✓ 40 projetos apoiados.

Esse objetivo estratégico visa proporcionar às comunidades residentes em florestas públicas a possibilidade de manejar de forma autônoma e sustentável seus recursos naturais. Para isso, o Serviço Florestal Brasileiro planejou várias ações nas comunidades, entre elas: apoio na gestão e organização dos empreendimentos comunitários; capacitação de produtores e agentes extensionistas em manejo florestal; e eventos para articulação de políticas públicas correlatas. Além disso, em 2013 foram realizadas diversas reuniões técnicas e oficinas, com vistas a articular as políticas e os programas dos demais ministérios, para maior efetividade das ações de apoio ao manejo florestal comunitário (MFC), em especial no que tange à promoção de assistência técnica com ênfase em atividades florestais.

As ações planejadas puderam ser integralmente executadas em 2013, apesar das restrições orçamentárias e das dificuldades de atuação nas áreas de florestas públicas, cuja gestão pertence a outros órgãos do governo federal. Em 2013, o SFB efetivou a contratação de serviços para a atuação nas comunidades, obtendo maior escala na capacitação e prestação de assistência técnica aos produtores, e garantindo maior eficiência e economicidade no uso dos recursos. Além disso, o trabalho de articulação permitiu o apoio ao MFC por outros órgãos do governo federal (a exemplo do MDA e Incra) que possuíam maior disponibilidade orçamentária.

Ressalta-se que o alcance dos objetivos só foi possível graças a articulação entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que permitiu uma captação de recursos superior a disponibilidade orçamentária do SFB. Com base no orçamento alocado para essas ações não seria possível atingir as metas planejadas.

Os riscos advindos dessa estratégia estão relacionados à necessidade de convencimento dos demais órgãos públicos, não relacionados diretamente a questões produtivas florestais, na execução das ações de apoio ao manejo florestal comunitário. A pulverização das ações voltadas ao fomento das atividades florestais e a falta de entendimento entre os órgãos para o apoio à temática também prejudicaram o alcance mais eficiente de metas a partir de um melhor uso de políticas públicas existentes.

Para 2014, mesmo com o uso dessa estratégia de contratação de serviços técnicos para atendimento aos beneficiários, há previsão de que a escassez de recursos e de pessoal efetivo poderá impactar a capacidade de ampliação das ações, dificultando o alcance das metas estratégicas previstas no PPA.

Em relação à promoção do manejo florestal comunitário e familiar, para o ano de 2013, o SFB previu o atendimento de 1.000 famílias, por meio de ações de assistência técnica e capacitação. Foram apoiadas através de contratações e atuação direta 1028 famílias.

Além disso, por meio das contratações diretas do SFB e das chamadas realizadas pelo FNDF, com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, foi possível apoiar 60 projetos de manejo florestal comunitário, sendo 16 na Amazônia, 39 na Caatinga e 5 no Cerrado.

As ações executadas são pré-requisitos para promover a ampliação da área sob manejo florestal comunitário na Amazônia, na Caatinga e no Cerrado. Ao permitir o desenvolvimento de capacidades locais para o manejo sustentável e a assessoria direta para o desenvolvimento organizacional, produtivo e comercial dos empreendimentos comunitários, as atividades contribuem diretamente para o fortalecimento de atividades econômicas de base florestal, com inclusão e aumento de renda.

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Promover arranjos produtivos locais para o desenvolvimento da economia de base florestal.	✓ 3 cadeias produtivas apoiadas.

Este objetivo estratégico é de suma importância para garantir que as atividades de manejo florestal comunitário sejam geradoras de renda para as famílias. Diversas políticas públicas já identificaram que o acesso a infraestrutura para beneficiamento e escoamento da produção e a capacidade de acessar mercados são os principais gargalos para o desenvolvimento de uma economia de base florestal.

Com vistas a superar essas dificuldades nas comunidades apoiadas pelo SFB, buscou-se uma ação de articulação junto aos demais órgãos federais e estaduais para garantir uma melhor estruturação de arranjos produtivos locais. Em 2013, foram apoiadas 3 cadeias produtivas, sendo:

1. Cadeia da lenha na Caatinga: através de ações de apoio ao manejo, assessoria para a elaboração de planos de negócios e comercialização da lenha e do carvão, além de parcerias com o Fundo Socioambiental da Caixa e o Fundo Nacional de Meio Ambiente para o estabelecimento de um pacto de compra de lenha sustentável pelas calcineiras da região do Araripe;
2. Cadeia do açaí no DFS BR 163: foram realizadas ações de assistência técnica, elaboração de planos de negócios, assessoria para acesso a mercados institucionais e articulação com parceiros locais;
3. Cadeia da castanha no DFS BR 163: foram realizadas ações de assistência técnica, elaboração de planos de negócios, assessoria para acesso a mercados institucionais e articulação com parceiros locais;

Além disso, foi iniciado um projeto de apoio a estruturação de uma rede de comercialização de produtos não madeireiros envolvendo um mosaico de Unidades de Conservação no entorno de Santarém e para a construção de uma estratégia de fomento ao manejo florestal no Cerrado.

O principal risco dessa estratégia é a dificuldade de articulação com demais órgãos federais e estaduais que são responsáveis pelas políticas estruturantes necessárias a estruturação de cadeias produtivas florestais.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS (Snif)

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.	✓ 50% do SNIF implantado.

No Brasil, observa-se a necessidade de aperfeiçoamento da geração de informações adequadas e suficientes sobre os recursos florestais, tais como: (i) extensão e condições, (ii) formas de gestão, (iii) cadeias produtivas envolvidas, e (iv) outros aspectos de sua utilização (o papel local dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros e sua comercialização). Há também o desafio de aprimorar a geração de informações sobre a biodiversidade e a densidade de carbono nos principais tipos de florestas, tanto acima como abaixo do solo, mediante o uso de metodologias mais avançadas e dados primários para cada bioma.

A geração de informações florestais padronizadas e sistemáticas representa um subsídio fundamental para a tomada de decisão mais criteriosa pelos setores público e privado, em relação ao uso

sustentável dos recursos florestais e conseqüente redução do desmatamento e degradação das florestas e atendimento das metas e informações de convenções internacionais.

A implantação do Inventário Florestal Nacional (IFN), a ampla disponibilização e a disseminação de informação obtida sobre os recursos florestais, e a sua utilização por meio do Sistema Nacional de Informação Florestal (Snif) são ações permanentes de competência legal do Serviço Florestal Brasileiro, estabelecidas para solucionar alguns dos problemas acima descritos.

O Snif foi disponibilizado à sociedade no *site* do SFB (www.florestal.gov.br/snif) e é composto pelos seguintes temas: recursos florestais; produção florestal; e ensino e pesquisa florestal. Esse Sistema foi construído por meio da reunião e organização de dados coletados em diversas instituições brasileiras, que são atualizados periodicamente. No âmbito do Snif, também foi desenvolvido o sistema de informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), com o objetivo de reunir e disponibilizar as principais informações sobre as atividades de controle florestal exercidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), em atendimento à Resolução Conama nº 379/2006.

Em 2013, a estratégia adotada para a consolidação de 50% do Snif foi:

- 1) a continuidade da coleta e armazenamento de dados relacionados ao setor florestal em outras instituições, sua atualização contínua, consolidação, análise e disponibilização de forma organizada e acessível em um site do SFB (www.florestal.gov.br/snif);
- 2) a continuidade da implementação do Portal Nacional da Gestão Florestal, por meio da manutenção evolutiva do sistema de entrada de dados no Portal, a fim de melhorar a usabilidade do sistema e incentivar os representantes dos estados a inserirem as informações e da integração dos dados do Sistema DOF do Ibama, para obtenção de informações estratégicas sobre os transporte de produtos florestais, com vistas à realização de análise estatísticas sobre o tema;
- 3) a coleta e análise de dados e informações para a elaboração de relatórios internacionais sobre as florestas do Brasil;
- 4) a reunião de informações do Snif em publicação sucinta e prática de distribuição e manuseio;
- 5) o início do processo de desenvolvimento do sistema informatizado (dos bancos de dados e *web services*) para integração de informações das instituições parceiras e consolidação de estatísticas sobre os diversos temas do Snif, iniciando pelo tema de “Produção Florestal”;
- 6) a elaboração e negociação de projeto internacional para obtenção de recursos que auxiliem na consolidação do Snif.

Os objetivos estratégicos planejados para 2013 no âmbito do Snif foram alcançados em sua maioria. No entanto, ainda não foi iniciado o desenvolvimento dos bancos de dados para a consolidação do sistema informatizado, devido ao corte orçamentário do segundo semestre que impediu o

desenvolvimento do Sistema de Informações junto à empresa de tecnologia da informação contratada. No primeiro semestre de 2013 foi dada prioridade para a manutenção evolutiva do PNGF. Essas ações foram suspensas para serem realizadas no primeiro semestre de 2014. Uma das dificuldades encontradas também é o número insuficiente de técnicos disponíveis na área responsável para acompanhar o desenvolvimento dos sistemas de informação no SFB.

Além disso, foram realizadas as seguintes ações em 2013:

- a) atualização do portal do Snif com dados sobre produção, ensino e pesquisa florestal divulgados no ano de 2013;
- b) conclusão e distribuição da nova versão do livro “Florestas do Brasil em Resumo - 2013”;
- c) elaboração do relatório do Brasil para compor o “Global Forest Resources Assessments – 2015” da FAO e elaboração do “Forest Sector Questionnaire 2013” para o International Tropical Timber Organization (ITTO);
- d) manutenção evolutiva da entrada de dados do PNGF e realização de treinamento dos técnicos do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), para inserção de informações no PNGF, com a finalidade de inserir o Distrito Federal no Portal e, com isso, dar continuidade à integração dos órgãos do Sisnama;
- e) integração do sistema do Documento de Origem Florestal - DOF do Ibama, ao PNGF, que contém informações sobre o transporte e o uso dos produtos florestais brasileiros, para análises estatísticas dos dados;
- f) elaboração e negociação do projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado” financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à consolidação do Snif.

INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL (IFN)

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Realizar Inventário Florestal Nacional –primeira edição (2015)	✓ 30 milhões de hectares inventariados

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos.

Pra a implementação do Inventário Florestal Nacional, o Serviço Florestal Brasileiro adota a seguinte estratégia:

- 1) celebração de acordos de cooperação com os governos estaduais onde o inventário florestal será realizado, em busca de apoio político e contrapartida para execução do IFN nos estados;
- 2) celebração de acordos de cooperação com instituições de apoio ao IFN como Universidades e outras instituições;
- 3) contratação de empresas para realização dos levantamento de dados em campo do IFN nos estados por meio de licitações;
- 4) capacitação das equipes das empresas contratadas, para padronização da metodologia de coleta de dados;
- 5) realização de análises de controle de qualidade dos dados coletados em campo pelas empresas contratadas;
- 6) desenvolvimento de sistema de informações para armazenamento e análise dos dados dos inventários realizados;
- 7) realização de um simpósio anual sobre inventário florestal para a apresentação de estudos e pesquisas atuais e reunião e discussão de temática entre especialistas;
- 8) elaboração, negociação e implementação de projetos internacionais para obtenção de recursos que auxiliem na implementação do IFN nos diversos biomas brasileiros.

Os objetivos estratégicos previstos para o IFN foram cumpridos no ano de 2013 com bastante efetividade, apesar da complexidade de ações envolvidas para realizar essa ação. Os fatores que ajudaram no sucesso das atividades foram os recursos do Projeto GCP/BRA/079/GFF – Projeto GEF de Apoio ao IFN, a existência de uma equipe de unidade gestora de projetos (UGP) fixa permanente no SFB, e possibilidade de contratação de consultores especializados, para o cumprimento de atividades específicas. Também o fato de terem ingressado na equipe novos servidores colaborou no desempenho favorável das ações previstas. Nesse aspecto vale ressaltar que, como a carreira de Analista Ambiental não permite a seleção de profissionais com formação específica, muitas vezes os técnicos que ingressam não possuem o perfil adequado para as atividades. No caso do IFN, dos cinco profissionais que ingressaram somente dois são engenheiros florestais, estando ainda essa ação carente de profissionais com essa especialização. Os projetos internacionais também ajudam muito na implementação das ações por possuírem atividades e prazos bem definidos, com cobrança periódica dos órgãos financiadores.

O ano de 2013 pode ser considerado como o ano de maior consolidação das ações do Inventário Florestal Nacional em campo. Foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo em seis estados – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Sergipe, Rio Grande do

Norte, e iniciada a coleta de dados em quatro deles (RS, PR, CE e RJ). Realizou-se o levantamento de informações em 575 pontos de amostragem em campo, resultando em uma área de cobertura inventaria de aproximadamente 17.760.000 ha.

Em 2013 foram assinados cinco acordos de cooperação com governos estaduais (CE, SE, BA, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar junto aos herbários na identificação botânica, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi firmado, determinando-o como fiel depositário das amostras botânicas coletadas em todo o país. Ainda em 2013, foram realizados quatro cursos, nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, e Ceará, totalizando 75 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados.

A implementação do inventário nos outros estados encontra-se em andamento, nos seguintes estágios: Rio Grande do Sul e Paraná em fase de licitação da segunda etapa; Ceará e Rio de Janeiro, em fase de coleta de campo; Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, início das coletas previstas para 2014 com licitação concluída e empresas selecionadas; Espírito Santo, em fase de articulação com os governos para o lançamento do edital; e no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, editais prontos para publicação.

Os dados do IFN realizado em Santa Catarina foram publicados e os do Distrito Federal foram analisados e estão em fase de editoração para publicação. Já os dados coletados em 2013 estão na etapa de recebimento, validação e controle de qualidade.

Ainda em 2013, iniciou-se o desenvolvimento do sistema de informações do IFN com o módulo de entrada e armazenamento de dados, após a contratação da empresa de tecnologia da informação para o SFB, em dezembro de 2012. O desenvolvimento do sistema foi prejudicado com o contingenciamento ocorrido em 2013. Os trabalhos da empresa contratada foram interrompidos, a profissional que estava responsável pelos trabalhos foi designada para outros projetos e, quando houve a retomada dos trabalhos, após a liberação dos recursos novamente, outro profissional assumiu os trabalhos, o que ocasionou um atraso considerável no desenvolvimento do sistema, uma vez que se demanda bastante tempo para o entendimento da complexidade do IFN, que se reflete no sistema de informações.

Ainda como uma das atividades do IFN, em novembro de 2013, foi realizado o II Simpósio Nacional do Inventário Florestal, em Curitiba (PR), com a participação de 600 inscritos, entre profissionais e estudantes. Esse simpósio acontece anualmente e reúne centenas de profissionais e estudantes brasileiros e estrangeiros da área florestal, a fim de se apresentar e discutir os principais resultados do IFN e outros inventários.

Outra ação empreendida em 2013 foi a elaboração e negociação do projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado

pelos Setores Público e Privado” financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2014.

FOMENTO

Objetivo Estratégico	Metas Estratégicas 2013
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a capacitação e extensão em atividades florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modelagem de 1 centro de excelência em extensão florestal concluído. ✓ 3.000 pessoas capacitadas, entre produtores, técnicos e funcionários públicos.

Durante o ano de 2013, foram discutidos os fundamentos e perspectivas para a implementação de um centro de excelência em extensão florestal e prospectados parceiros para realização dessa atividade. Tais discussões resultaram na elaboração do termo de referência para contratação de estudo de mercado e modelo de gestão e operação dessa unidade de ensino-aprendizagem em boas práticas florestais, a ser instalada na Amazônia Oriental.

A atividade está sendo custeada com recursos do banco *Kreditanstalt Fur Wiederaufbau* (KfW), no âmbito da execução do Componente III - Capacitação para o Manejo Florestal, do Projeto de Cooperação Técnica intitulado “Gestão florestal para a produção sustentável na Amazônia”, fruto da cooperação Brasil-Alemanha.

O Centro deverá ser instalado no campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), de modo a atender a carência de espaços que reúnam o conhecimento científico e tecnológico com o saber tradicional e as práticas florestais de campo.

A parceria estratégica com a Ufopa tende a propiciar, dentre outras coisas, a sustentabilidade financeira e institucional do Centro ao longo prazo e a regionalização das ações, contribuir diretamente no desenvolvimento do Distrito Florestal da BR-163 e, ao mesmo tempo, reforçar o componente da extensão que, geralmente, é o menos prestigiado do tripé: ensino, pesquisa e extensão das universidades.

Foram encontradas dificuldades de cunho administrativo, de construção dos entendimentos e dos mecanismos de compatibilização das regras de operacionalização dos países e instituições envolvidas na cooperação. Dificuldades essas que não foram exclusivas a essa atividade do Projeto. Desse modo, não

foi possível finalizar o processo licitatório para contratação dos serviços de modelagem, o qual deverá ser concluído nos primeiros meses de 2014.

Em relação a meta de capacitação, em 2013 foram promovidos eventos de capacitação na temática do manejo florestal na Amazônia e na Caatinga.

Na Caatinga as ações foram desenvolvidas por meio dos projetos apoiados pelo FNDF, no âmbito da operação conjunta com o Fundo Clima, cujos recursos são provenientes da ação 20G4 - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

Foram realizados dois modelos de cursos de manejo florestal de uso múltiplo, um dirigido a agentes de assistência técnica e extensão rural e outro dirigido a estudantes de escolas técnicas. Foram capacitados 142 agentes de extensão e 763 estudantes de ensino médio, organizados em 6 turmas de agentes nos municípios de Monte Santo-BA, Salgueiro-PE, Araripina-PE e Sobral-CE, e 24 turmas de estudantes nos municípios de Monte Santo- BA, Itororó-BA, Petrolina-PE, Iguatu-CE, Sobral-CE.

Foram realizados 6 cursos sobre eficiência energética no setor de cerâmica vermelha, destinados a capacitação de 110 atores, entre empresários, tomadores de decisão, encarregados e funcionários de 18 empresas de pólos cerâmicos dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, objetivando a adoção nas cerâmicas de melhores práticas de uso da biomassa florestal da Caatinga na geração de energia.

Na Amazônia, a cooperação com a Fundação Roberto Marinho, que teve início em 2012, com o objetivo de conceber, elaborar e executar projetos na área de educação para o uso sustentável dos recursos florestais, em 2013 promoveu a capacitação de 2.522 educadores para atuarem como mediadores da implementação do “Projeto Florestabilidade: educação para o manejo florestal” em suas respectivas instituições de ensino. Nesse processo, foi agregado ao Projeto um amplo número de parcerias – com secretarias estaduais de educação, secretaria municipal de educação e organizações do terceiro setor.

Foram capacitados 868 educadores no estado do Pará, 1.029 no Amapá, 300 em Rondônia, 85 no Amazonas, 175 no Acre e 65 no Mato Grosso. Há relatos pelos parceiros da utilização dos materiais do Projeto Florestabilidade em 69 instituições de ensino no Amapá, 96 no Pará e 109 em Rondônia.

Foi ainda ministrado diretamente pelo SFB um curso sobre gestão de empreendimentos florestais de base comunitária para 46 técnicos, gestores e lideranças comunitárias integrantes das instituições que compõem o Grupo de Trabalho de Óleos, da região do Distrito Florestal da BR-163. Esse curso foi demandado ao SFB pelo próprio GT, como ação de fortalecimento do colegiado e qualificação de suas instituições.

Também em 2013 foi iniciado o planejamento da oferta pelo SFB de cursos virtuais ou semi-presenciais de temática florestal, a fazer uso das tecnologias de educação a distância disponíveis no país.

As modalidades a serem empregadas dependerão do público, do tema e dos objetivos educacionais. Prevê-se o uso da modalidade autoinstrucional em duas situações: para compor cursos semi-presenciais, otimizando o tempo e os custos nos momentos presenciais, assim como para popularização do manejo florestal e outros temas florestais junto à sociedade e governos, por meio de cursos de curta duração. Cursos com tutoria também deverão ser ofertados, numa perspectiva de emprego para a qualificação profissional, junto a públicos especialmente identificados e articulados institucionalmente.

Ao final de 2013 foi contratado, com apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), uma consultoria especializada para apoio à elaboração da estratégia de educação a distância do SFB.

As ações de capacitação em 2013 atingiram números superiores à meta planejada, 3583 atores capacitados. Tal resultado foi fruto de uma atuação em diferentes frentes de trabalho, fortalecida pelas parcerias institucionais e a capacidade de articulação e execução desses parceiros.

A priorização de um público formado por tomadores de decisão, educadores e agentes de assistência técnica e extensão rural, implicou em melhor relação custo e benefício. Isso ocorreu devido às características multiplicadoras desse público, com atuação direta e indireta junto a um público maior, e ao potencial de mobilização dos conhecimentos no interior de suas instituições, perante as comunidades e outros atores. Os cursos ofertados também foram escolhidos e realizados em atendimento a demandas de instituições parceiras e atuaram como niveladores de conhecimento entre as instituições, visando inserir ou aperfeiçoar a agenda do manejo florestal nessas instituições.

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.	✓ 120 projetos apoiados.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. O FNDF apresenta natureza contábil e tem por principal atividade a reversão de parte da arrecadação obtida pelo órgão gestor das concessões florestais, no âmbito federal, para o apoio a projetos de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, relacionados ao desenvolvimento do setor florestal.

Em 2013, o FNDF atuou em parceria o Fundo Nacional para as Mudanças Climáticas – Fundo Clima, a fim de propiciar maior impacto e escala nos resultados. Os fundos se organizaram na divisão de responsabilidades e, com isso, otimizaram o uso de seu pessoal e de recursos em prol de ações comuns.

Esse foi, sem dúvida, um grande avanço na sinergia entre Fundos, evitando sobreposição de esforços e aumentando sua eficiência e eficácia.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR), instrumento de planejamento, no qual são definidas, entre outras, as linhas de atuação e a estratégia para alcançá-las. O PAAR indica os temas, os públicos e os biomas prioritários, as modalidades de seleção, as formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos. É apresentado ao Conselho Consultivo do FNDF, que apresenta suas sugestões. As linhas de atuação definidas para 2013 foram as apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7. Linhas de ação do FNDF em 2013.

Tema prioritário	Estratégia de desenvolvimento
Manejo Florestal Sustentável	Capacitação de extensionistas e multiplicadores para o fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável
	Assistência técnica para o fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Embora o bioma Cerrado não tenha sido enunciado no PAAR, por solicitação da Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA, gestora do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC), foi acordado que a operação conjunta iniciada em 2012 no bioma Caatinga deveria se estender a outros biomas. De forma a diversificar as temáticas dos projetos apoiados, a chamada para o Bioma Cerrado teve como estratégia de desenvolvimento o Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária.

Projetos nessas linhas foram selecionados por meio de chamadas públicas e, em seguida, procedeu-se à contratação de instituição especializada para a prestação de serviços a um conjunto de beneficiários. O FNDF faz a gestão e fiscalização dos contratos. Esse mecanismo permite atingir um número maior de beneficiários com menor custo administrativo e financeiro. Como não há repasse de valores por meio de convênios, os produtos são pagos mediante a entrega e aprovação, o que permite melhor controle do desembolso e melhor qualidade do serviço.

A partir das indicações contidas no PAAR 2013, o FNDF realizou seis chamadas, conforme informações contidas no Quadro 8, selecionando 65 projetos a serem apoiados.

Quadro 8. Chamadas de Projetos realizadas pelo FNDF em 2013.

Chamada	Bioma	Tema	Número de Projetos Selecionados
1/2013	Amazônia	Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia.	12
2/2013	Amazônia	Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e Pará.	4
3/2013	Amazônia	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia.	2
4/2013	Cerrado	Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado.	5
5/2013	Caatinga	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga.	39
6/2013	Caatinga	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Caatinga.	3

As ações do FNDF podem ser divididas em etapas distintas do trabalho: (i) a seleção de demandas; e (ii) a execução de contratos.

A primeira etapa constitui-se de chamadas públicas, por meio das quais são recebidos projetos, posteriormente analisados por técnicos qualificados em regime de câmara técnica e aprovados em lista de prioridade de apoio, conforme pontuação de cada projeto. Com esses resultados, em dezembro de 2013 foram realizadas contratações de instituições prestadoras de serviços especializadas para atender às demandas apresentadas nesses projetos referentes às chamadas 2, 3, 4 e 6. Os projetos selecionados na chamada 1 serão atendidos em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cujo plano de trabalho encontra-se em fase de negociação. Os projetos selecionados na chamada

5 serão atendidos por instituição a ser contratada mediante processo licitatório a ser realizado no primeiro semestre de 2014.

A segunda etapa – execução dos contratos – refere-se à efetivação das atividades previstas, análise de produtos técnicos e pagamento, quando há aprovação, de produtos. No ano de 2013, foram pagos produtos dos 75 projetos selecionados em 2010 e 2012. Os 65 projetos aprovados em 2013 tiveram seu início no final do respectivo ano ou no primeiro semestre de 2014.

Destaca-se que as chamadas públicas realizadas no FNDF foram realizadas com recursos provenientes do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e, portanto, as metas atingidas devem ser contabilizadas no Objetivo 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, Iniciativa 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, Programa 2050 - Mudanças Climáticas; Ação 20G4 - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

As maiores dificuldades para implementação do PAAR estão relacionadas com a dificuldade de selecionar instituições que realizam capacitação e assistência técnica na área florestal, uma vez que estas atividades ainda são bastante incipientes. Além disto, a contratação dos prestadores de serviço na modalidade de pregão eletrônico permite que empresas sediadas em outras regiões sejam contratadas para prestar serviços em áreas remotas do Nordeste e da Amazônia, o que por vezes, traz atrasos na execução das atividades de campo por questões de logística ou por desconhecimento da realidade local.

O aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos para operação do FNDF continua sendo um desafio, de forma equilibrar atendimento as normas administrativas e agilidade na oferta de serviços em campo.

Por fim, destaca-se a importância das contribuições das áreas técnicas do SFB na elaboração dos editais de chamadas públicas de projetos, comitê de seleção de projetos, e elaboração de termos de referência, e dos setores administrativos nas fases de realização dos processos licitatórios e gestão dos contratos firmados.

PESQUISA E TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Desenvolver pesquisas para melhorar o aproveitamento dos recursos florestais.	✓ 20 pesquisas realizadas.

O Serviço Florestal Brasileiro, por meio do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), atua para gerar, aperfeiçoar e disseminar o conhecimento científico e tecnológico na área de produtos florestais.

O desenvolvimento dos trabalhos do LPF está organizado em torno de linhas e temas de pesquisa que estão em consonância com as diretrizes traçadas pelo SFB e com as necessidades da sociedade, que são atendidas, muitas vezes, pelo estabelecimento de parcerias e de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

O LPF possui o objetivo básico de desenvolver pesquisas e transferir tecnologias que conduzam à utilização sustentável dos recursos florestais. Nesse sentido, atua dando suporte à gestão de florestas públicas para a produção sustentável e desenvolve ações que visam, principalmente:

1. caracterizar tecnologicamente madeiras, com vistas à classificação em usos finais e à introdução no mercado consumidor;
2. desenvolver técnicas para a adequada utilização e aplicação de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros;
3. introduzir, desenvolver ou adaptar equipamentos e métodos de processamento que maximizem o aproveitamento da matéria-prima florestal e viabilizem a utilização dos resíduos gerados;
4. estudar fontes energéticas alternativas provenientes da biomassa agroflorestal;
5. difundir tecnologias, transferindo os resultados ao setor produtivo e contribuir para o aperfeiçoamento e a capacitação de profissionais de instituições de pesquisa e empresas;
6. acompanhar o rendimento do processamento industrial da madeira, fornecendo subsídios para melhorar seu aproveitamento;
7. contribuir para a elaboração e a utilização de normas técnicas voltadas para a execução de ensaios tecnológicos e para a utilização de produtos agroflorestais e seus controles de qualidade; e
8. prestar serviços técnicos especializados.

Foram executados 20 projetos de pesquisa de forma contínua durante o ano de 2013. Desse total, 2 projetos foram concluídos e os 18 restantes terão sua execução continuada no ano de 2014, conforme previsto em seus cronogramas de execução. Como resultado das pesquisas foram concluídos os seguintes projetos:

- ✓ Desenvolvimento de formulações de látex in natura para produção de moldados em crina-látex.
- ✓ Reutilização de resíduo madeireiro da construção civil.

Ao longo do exercício, as dificuldades encontradas pelo LPF para execução de suas atividades continuam, principalmente, nos processos de compras e serviços. Essas dificuldades têm origem na difícil

adaptação operacional das necessidades específicas de um centro de pesquisa à morosidade desses processos. Para agilizar a aquisição de materiais e as contratações de serviços, os processos foram iniciados nos dois primeiros trimestres. Mesmo assim, muitos materiais não foram adquiridos, tendo em vista a dificuldade em se obterem cotações de preços nas empresas.

Além disso, uma das principais dificuldades encontradas para o atingimento dos objetivos traçados pelo SFB tem sido a redução do quadro de pessoal do LPF, em decorrência de aposentadorias. No ano de 2013, houve o ingresso de 3 novos servidores para o LPF. Ainda assim, a administração vem envidando esforços para aumentar o quadro dos pesquisadores do LPF com o objetivo de reduzir os impactos de aposentadorias iminentes, que atingem cerca de 70% da força de trabalho desse Centro. A escassez de recursos destinados à aquisição de equipamentos tem sido outro empecilho ao cumprimento de importantes metas e ações. Para minimizar os impactos nos objetivos estratégicos delineados, o LPF tem realizado parcerias com outras instituições para utilizar seus equipamentos e viabilizar a execução das atividades previstas nos projetos de pesquisa.

Para cumprir seu plano de ação, no que se refere ao desenvolvimento das pesquisas previstas no planejamento estratégico, a ação “Pesquisa e Desenvolvimento Florestal” contou, em 2013, com a renovação do acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília (UnB), o que possibilitou a retomada do desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e a capacitação e a orientação de alunos, técnicos e pesquisadores. Na mesma linha, o LPF também implementou cotas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Foram firmadas ainda duas novas parcerias com a Universidade Federal do Oeste do Pará e a Universidade Federal do Pará, cujo objetivo está sendo a conjugação de esforços entre os partícipes, mediante utilização mútua de tecnologias, pessoal, recursos materiais e científicos já disponíveis, visando à implementação conjunta de programas, projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as diversas áreas do conhecimento humano.

SILVICULTURA

Objetivo Estratégico	Meta Estratégica 2013
✓ Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.	✓ Centro de silvicultura modelado.

Em relação a esse objetivo estratégico, foi prevista a implantação de um centro de excelência em silvicultura na Amazônia como meta para 2013.

O centro atuará com pesquisa, ensino e extensão, e deverá contribuir concretamente para a expansão da área de florestas plantadas, tanto para fins econômicos como de restauração e recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente, em propriedades públicas e privadas no município de Paragominas. Atuando neste escopo, as atividades do centro deverão abranger toda a cadeia produtiva da silvicultura, incluindo a produção, beneficiamento e distribuição de sementes, a produção de mudas e o gerenciamento de viveiros, a definição e proposição de sistemas e modelos silviculturais adequados para a região, o estabelecimento de unidades demonstrativas para suporte à pesquisa e realização de capacitações, e a sistematização, documentação e disseminação de informações relacionadas às espécies de interesse e atividades do centro.

Durante o ano de 2013, foi elaborado e aprovado um Termo de Referência para a contratação de pessoa jurídica, com o objetivo de realização de estudo para a implantação do centro. Atualmente, o processo de licitação está em andamento com elaboração do Edital para a realização de pregão eletrônico.

Além da região Amazônica, o Serviço Florestal Brasileiro tem atuado na região da Mata Atlântica empreendendo esforços para o desenvolvimento da silvicultura com espécies florestais nativas na região.

O Serviço Florestal Brasileiro possui uma base avançada em Teixeira de Freitas (BA) e é parceiro do Programa Arboretum, através de ACT assinado com o Ministério Público (MP).

A Região de abrangência do projeto Arboretum, englobando o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo e conhecida como “HILÉIA BAIANA”, apresenta um dos índices de maior diversidade de espécies arbóreas do mundo. O objetivo do projeto é a conservação, restauração e valorização da Mata Atlântica e de sua diversidade, especialmente a diversidade arbórea, por meio da construção e difusão do conhecimento.

Por meio desse Acordo, o Serviço Florestal participa do Conselho Gestor, que tem como objetivo central nortear as linhas de ação do Programa. O SFB foi eleito, pelo Conselho Gestor, para a Coordenação Técnica do Programa e em 2013 apoiou as ações de Capacitação de 45 coletores de sementes e marcação de matrizes para coleta, em cinco comunidades visando a estruturação dos Núcleos de Coleta de Sementes do Programa. Não há repasse de recursos do SFB para o Programa, nem gerência dos recursos do Programa pelo SFB. Estes são geridos pela Fundação José Silveira, através de um Acordo com o MP.

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DA INSTITUIÇÃO

Objetivo Estratégico	Metas Estratégicas 2013
✓ Implantar quadro de pessoal permanente.	✓ 50 novos servidores efetivos.
✓ Implantar estrutura física adequada para o funcionamento da instituição.	✓ Adequação e ampliação do espaço físico do SFB. ✓ Implantação da UR Nordeste.
✓ Normatizar processos administrativos.	✓ 60% dos processos administrativos normatizados.

A meta de nomeação de 50 novos analistas ambientais foi atingida, com a nomeação de cinquenta analistas aprovados no Concurso Público realizado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 2010.

Para executar suas ações o SFB conta atualmente com 219 funcionários, entre servidores efetivos do órgão, servidores requisitados, ocupantes de cargo de confiança e temporários. No Quadro 9 é apresentada a composição do quadro de pessoal do órgão.

Quadro 9. Composição atual, por cargo, da força de trabalho do SFB.

CARGO	TOTAL
Analistas Ambientais	80
Analistas Administrativos	6
Técnicos Ambientais	3
Técnicos Administrativos	10
Agentes Administrativos	29
Requisitados	30
Contratos Temporários	52
Comissionados (DAS sem Vínculo)	9
TOTAL	219

Os servidores temporários foram contratados em 2009, quando houve a seleção de 100 servidores para comporem a força de trabalho do SFB, por meio do Edital no 1 MMA – PS, de 15 de outubro de 2008. Dos 100 servidores temporários contratados, apenas 52 compõem atualmente o quadro de pessoal do SFB.

Apesar do reforço na força de trabalho em 2013, com a entrada de 50 analistas, realizado por meio de concurso público para o Ministério do Meio Ambiente, ao longo dos últimos anos o quadro de pessoal

do Serviço Florestal Brasileiro tem diminuído. Em maio de 2014, quando finalizarão os contratos dos servidores temporários, o SFB terá menos funcionários que no ano de 2009. Dessa forma, percebemos que a necessidade de força de trabalho do órgão ainda não foi suprida, o que desfavorece a atuação do órgão no atingimento de seus objetivos e metas.

Ressalta-se que as atribuições do SFB têm aumentado a exemplo da implementação das concessões florestais e do inventário florestal nacional que são metas estratégicas da Presidência da República.

Em contrapartida, o Serviço Florestal Brasileiro deu início aos preparativos para ocupação de prédio localizado na 506 norte, cedido pelo IBAMA. A nova instalação permitirá, além de notoriedade ao órgão, a disponibilização de instalações mais adequadas à equipe. E, ainda, estabelece o endereço para os grandes debates do setor florestal.

Em relação à implantação da Unidade Regional Nordeste, a meta também foi 100% atingida, pois os servidores dessa UR foram alocados em espaço próprio, em Natal/RN. O imóvel teve sua locação pactuada no contrato nº 21/2013, pelo prazo de três anos, a partir da data de 15/03/2013. Trata-se de edificação ampla, com conforto para a equipe de servidores e usuários, dotado de serviços de limpeza, segurança, acesso à internet, telefonia e demais serviços administrativos necessários à boa execução de suas tarefas.

Por fim, sobre a normatização de 60% dos processos administrativos, a meta foi atingida parcialmente. Foram definidas rotinas para o fluxo de compras e contratações, seja por pregão eletrônico, dispensa ou inexigibilidade, e para o uso do cartão de pagamento do governo federal (suprimento de fundos). Foram publicadas portarias para uso dos aparelhos de telefonia móvel e para o transporte de servidores em veículos terceirizados.

Além disso, foram estabelecidas rotinas para solicitação de equipamentos, material de consumo, solicitação de transporte porta a porta, aluguel de veículo, solicitação de viagem e apresentação de relatório, solicitação de publicações impressas e solicitação de registros gerais.

Ressalta-se que o Manual de gestão e fiscalização de contratos encontra-se sob análise da Assessoria Jurídica, e manuais de tramitação de processos administrativos (manual do protocolo) e gerenciamento de almoxarifado encontram-se sob análise e revisão da Gerência de Administração e Logística.

Ainda como esforço de normatizar os processos administrativos, dando maior agilidade à tramitação interna, foram disponibilizados na intranet do Serviço Florestal Brasileiro minutas de termos de referência, editais e contratos, conforme proposto pela Advocacia Geral da União.

O Projeto Gestão para Resultados

A percepção de que um dos maiores desafios do setor público brasileiro é de natureza gerencial, incentivou o Governo a criar um Modelo de Excelência em Gestão Pública, focado em resultados e orientado para o cidadão⁸. O Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP) destaca a importância do planejamento nas organizações, bem como do monitoramento e da avaliação da execução de suas ações.

Dessa forma, com o objetivo de alavancar seus resultados organizacionais e aprimorar a sua gestão, em 2013 o Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a Agência de Cooperação Alemã (Gopa/GIZ), contratou consultoria especializada para a implementação da Gestão para Resultados no órgão.

No ano passado foram desenvolvidas três etapas do projeto: 1- análise de contexto; 2- definição da missão, visão, valores e objetivos estratégicos; e 3- definição de indicadores e metas organizacionais.

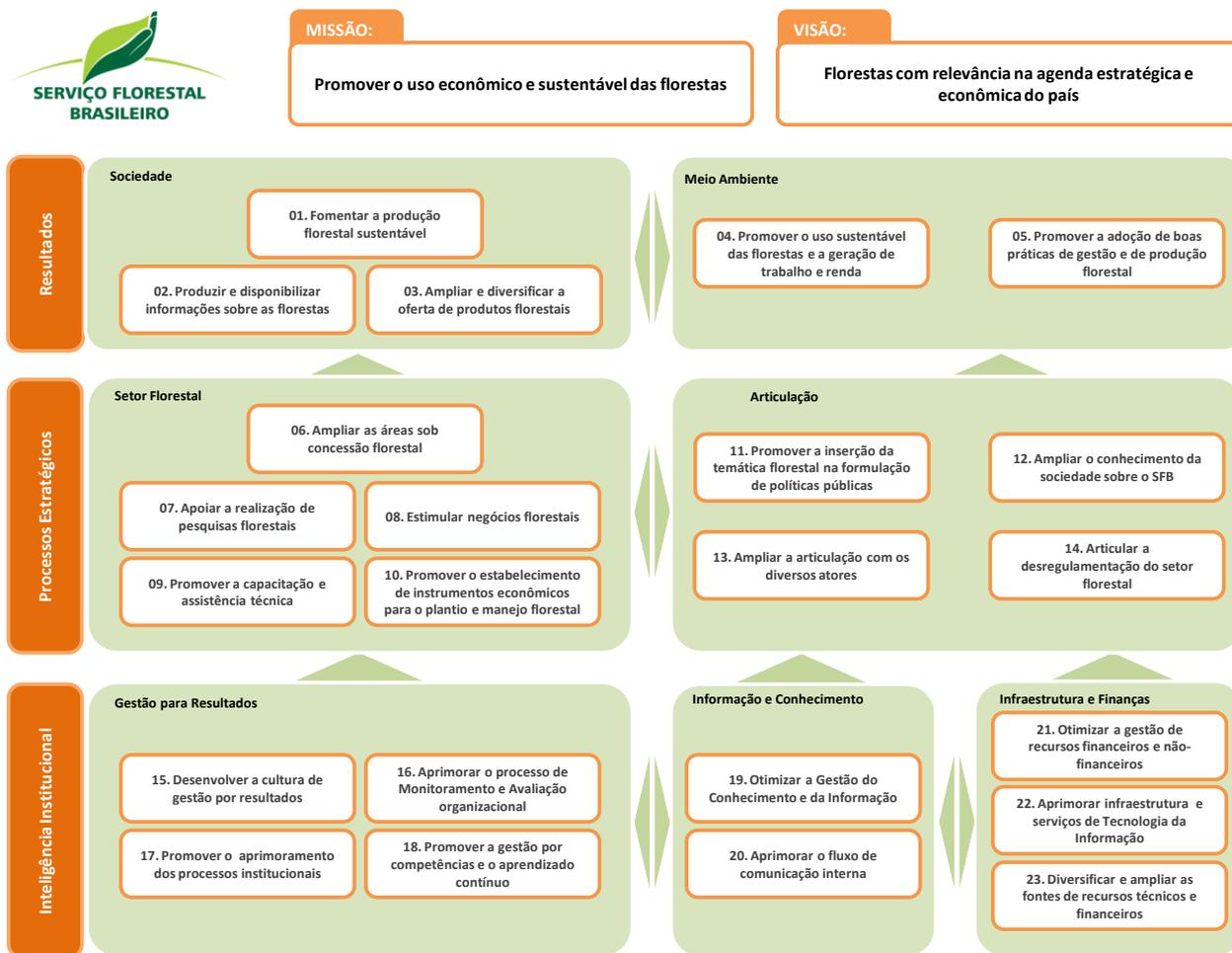
A primeira etapa apresentou como produto, documento que descreveu e avaliou o ambiente interno e externo (análise setorial) de atuação do SFB. A análise baseou-se em entrevistas com atores-chave, estudos pré-existentes, oficinas e outras fontes de dados.

A partir da análise de contexto, a segunda etapa teve como objetivo a elaboração de mapa estratégico contendo a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos da instituição para o período de 2014-2015 e 2016-2019. Na Figura 2 é apresentado o Mapa Estratégico do SFB, cuja metodologia utilizada foi a do *Balanced ScoreCard*.

⁸ A preocupação do Governo quanto à qualidade da gestão pública teve como marco o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, que instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública. O Gespública tem a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País” (art. 1º).

⁹ A etapa 3, que tratou da elaboração de indicadores e metas organizacionais, ainda encontrava-se em discussão no momento da entrega deste Relatório.

Figura 2. Mapa Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro.



A fim de implementar seu planejamento e alcançar os objetivos traçados, o SFB elabora o Plano Operacional Anual (POA), em que são definidos os projetos necessários para atingir seus resultados esperados e o orçamento disponível para a sua execução. O POA é monitorado trimestralmente e funciona como instrumento de auxílio à tomada de decisão.

Assim, a avaliação dos resultados é realizada periodicamente e é um insumo para ajustes institucionais e para a adoção de medidas corretivas e de redirecionamento da atuação, caso necessário.

O projeto Gestão para Resultados teve como principal objetivo aumentar a capacidade de atuação do SFB e contribuir para torna-lo referência do setor florestal no país.

Pretende-se dar continuidade ao projeto, com o desenvolvimento de projetos estratégicos, construção e implementação do plano de monitoramento e avaliação, o mapeamento e reavaliação dos principais processos do órgão e, ainda, a modelagem de sua estrutura.

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Relação dos Objetivos e Iniciativas do PPA sob responsabilidade do SFB

Objetivo 0471– Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Quadro 10. Objetivo 0471.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.		
Código	0471	Órgão	Ministério do Meio Ambiente
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Código	2036

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
-	Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia	hectares	3.000.000	87.772,23	199.836,19	6,66%

INICIATIVA: 01J9- Planejamento, Gestão e monitoramento das Concessões Florestais.

As concessões florestais no Brasil estão em fase de estruturação e ampliação de escala. Em resumo, o estágio de implementação dessas concessões é o seguinte:

- 6 contratos de concessão florestal firmados, totalizando 199.836,19 hectares;
- 3 editais de concessão florestal em processo de licitação, que somam 1.107.559,15 hectares (Flonas do Crepori, Amana (Lote II) e Altamira);
- 2 editais de concessão florestal, em 2 novas Unidades de Manejo Florestal da Flona de Saracá-Taquera (lote sul), em fase de assinatura do contrato com as empresas Ebata Produtos Florestais Ltda e Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda, que totalizarão 86.306 hectares de florestas concedidas.

A meta estratégica prevista, para 2013, de 1 milhão de hectares sob concessão florestal, não foi atingida porque, entre outros fatores:

- necessidade de revisão e remodelagem de dispositivos dos editais e contratos, o que levou ao retardo na finalização dos editais acima elencados;
- republicação do edital da Flona de Crepori, em razão de um ajuste decorrente de um pedido de impugnação do instrumento editalício;
- estipulação, nos casos das Flonas Crepori, Amana (lote II) e Altamira, de prazo de 180 dias entre a publicação do edital e a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação,

para permitir um melhor planejamento por parte das possíveis interessadas, maior tempo para visitar as UMFs e um período mais extenso para contactar eventuais futuros investidores.

Dentre as ações realizadas no SFB visando a execução do objetivo de expansão e aprimoramento da produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais está o monitoramento dos contratos de concessões florestais. Esse monitoramento visa, entre outros objetivos, contribuir para a elaboração de estudos que subsidiem o aprimoramento de critérios e propostas de novas ofertas de florestas públicas.

Nessa atividade estão inclusas o monitoramento da execução dos compromissos legais e contratuais, o monitoramento do volume de madeira e das espécies das árvores exploradas nas áreas de concessão florestal, incluindo o controle da cadeia de custódia dos recursos madeireiros explorados. As ações dos concessionários voltadas à proteção da floresta pública, sob concessão, a exemplo daquelas contra incêndios, desmatamentos, invasões e exploração ilegais, além de outras ameaças à integridade e a dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas fazem parte do escopo desse trabalho.

No entanto, alguns aspectos deste monitoramento necessitam ser mais bem desenvolvidos. Um deles é a auditoria florestal independente, que depende de entidades acreditadas perante o Inmetro. Para suprir tal lacuna, o SFB está empenhado junto ao Inmetro, através de um Acordo de Cooperação Técnica na área de avaliação da conformidade das concessões florestais públicas. Este acordo se iniciou no ano de 2010 e no ano de 2013 foi estendido por mais um ano. Apesar de já ser realizado um monitoramento remoto da integridade de áreas de florestas públicas concedidas, se faz necessário o desenvolvimento de metodologias que possibilitem uma mensuração mais apurada dos impactos que essa atividade acarreta. Para tal, esforços estão sendo concentrados para o desenvolvimento de técnicas que permitam essa avaliação utilizando diversos instrumentos de tecnologia de monitoramento remoto.

Para o futuro, espera-se um aumento significativo no número de contratos de concessão a serem monitorados, o que vai demandar melhor estrutura de pessoal, um maior aporte de recursos financeiros e procedimentos mais bem definidos.

Objetivo 0469 – Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Quadro 11. Objetivo 0469.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.		
Código	0469	Órgão	Ministério do Meio Ambiente
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Código	2036

* Não há metas desse objetivo de responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro.

INICIATIVA 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos, financeiros e fomento.

Todas as ações executadas pelo SFB para a promoção do manejo florestal comunitário estão relacionadas a essa iniciativa.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e capacitação foram executadas tanto diretamente pelo SFB, com recursos próprios ou de parcerias institucionais, como por meio da articulação para inserção da temática florestal nas ações de Ater contratadas pelo Inkra e nas ações de capacitação realizadas por outros órgãos federais, tais como o PRONATEC-Campo.

O fomento foi viabilizado através da atuação FNDF que realizou 6 chamadas públicas no ano de 2013. Destaca-se, naquele ano, o início das ações de fomento ao manejo florestal comunitário no Cerrado, contribuindo assim para que as ações do SFB nessa temática estejam presentes nos principais biomas com remanescentes florestais brasileiros, colaborando para o alcance dos objetivos centrais do governo federal, de geração de renda e controle do desmatamento.

Pouco avanço foi obtido, entretanto, no desenvolvimento de instrumentos econômicos. Foram realizadas algumas ações de proposições em relação a tributação de produtos florestais, que culminaram em uma discussão em pauta no Senado e no Ministério da Fazenda sobre o tema. No entanto, devido a indefinição institucional do MMA sobre as atribuições para o desenvolvimento e aprimoramento de instrumentos econômicos, esse item da iniciativa não foi considerado prioritário na execução das ações em 2013, principalmente devido a escassez de pessoal e recursos financeiros.

Objetivo 0228 – Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Quadro 12. Objetivo 0228.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e dos instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).		
Código	0228	Órgão	Ministério do Meio Ambiente
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.	Código	2036

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável.	unidade	400	65	142	36
2	Implementar o Inventário Florestal Nacional em 27 unidades da Federação.	unidade	27	4	6	22%

Meta 1

Os resultados atingidos pelas ações do Serviço Florestal Brasileiro em apoiar iniciativas produtivas de desenvolvimento florestal sustentável, por meio das chamadas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, embora apareçam como meta do Objetivo Estratégico 0228, a descrição do mesmo não possui relação direta com as atividades realizadas na área de apoio a projetos florestais produtivos e oferta de capacitação, sendo estes os dois principais instrumentos de fomento do Serviço Florestal Brasileiro.

As atividades de fomento realizadas em 2013 – sejam elas, apoio a projetos produtivos e oferta de capacitação – realizadas pelo FNDF para a realização desta meta, envolveram recursos da Ação 20G4 Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, relacionada: ao Objetivo 0469 – Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda; à Iniciativa 01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento; e à Ação 20WA - Desenvolvimento florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar.

Meta 2

O Inventário Florestal Nacional (IFN) constitui um instrumento de planejamento das florestas brasileiras, implementado sob a coordenação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012, artigo 71. Sua execução técnica conta com a participação de diversas instituições brasileiras como Embrapa, IBGE, universidades e órgãos estaduais. Os trabalhos foram iniciados em 2007 sendo, porém, 2013 o ano com um maior volume de dados obtidos.

A coleta de dados do IFN será realizada de forma contínua e repetida a cada cinco anos, incluindo um grande volume de informações de campo. Como um sistema de monitoramento e avaliação dos recursos florestais, o IFN será de grande importância para a geração de informações sobre os recursos florestais naturais e plantados, em escala nacional, para fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas de desenvolvimento, uso e conservação, bem como a gestão desses recursos, notadamente aquelas relacionadas à redução do desmatamento e degradação das florestas e atendimento das metas e informações de convenções internacionais de biodiversidade e mudanças climáticas.

Para a realização do Inventário Florestal Nacional, um conjunto de ações e articulações institucionais são necessárias. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições de apoio em herbários e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados. O ano de 2013 pode ser considerado como o ano de maior consolidação das ações para a efetiva implementação do Inventário Florestal Nacional em campo.

Em 2013 foram assinados cinco acordos de cooperação com governos estaduais (CE, SE, BA, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar junto aos herbários na identificação botânica, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi firmado, determinando-o como fiel depositário das amostras botânicas coletadas em todo o país.

Foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo de seis estados – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte. Após os contratos, foram realizados quatro cursos, nos estados do RS, PR, RJ e CE, totalizando 75 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses estados. Portanto, apesar do inventário não ter sido executado em todo o território desses estados, considera-se que foram implementados, após o início das coletas em campo, porque todo um conjunto de ações foi cumprido e o IFN está sendo efetivamente realizado. Houve, em 2013 o levantamento de informações em 575 pontos de amostragem em campo, resultando em uma área de cobertura inventaria de aproximadamente 17.760.000 ha.

A implementação do inventário nos outros estados encontra-se em andamento, nos seguintes estágios: Rio Grande do Sul e Paraná, em fase de licitação da segunda etapa; Ceará e Rio de Janeiro, em fase de coleta de campo; Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, início das coletas previstas para 2014, com licitação concluída e empresas selecionadas; Espírito Santo, em fase de articulação com o governo estadual para o lançamento do edital; e no Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, editais prontos para publicação.

Os trabalhos empreendidos no âmbito do IFN somente foram possíveis devido aos recursos provenientes de projetos internacionais. No ano de 2013, a quase totalidade dos recursos executados foram provenientes do projeto GP/BRA/079/GEF.

A falta de pessoal capacitado e com perfil adequado sempre foi uma dificuldade enfrentada para a condução das atividades rotineiras do Inventário Florestal Nacional, o que obrigou o SFB a contratar grande quantidade consultores externos para a execução de suas atividades. No entanto, no ano de 2013, houve o ingresso de oito novos servidores efetivos para a área responsável, sendo cinco destinados às atividades do IFN. No entanto, somente dois engenheiros florestais possuem o perfil adequado para a condução das atividades técnicas mais especializadas do inventário.

Os dados do IFN realizado em Santa Catarina foram publicados e os do Distrito Federal foram analisados e estão em fase de editoração para publicação. Já os dados coletados em 2013 estão na etapa de recebimento, validação e controle de qualidade.

Outra ação empreendida em 2013 foi a elaboração e negociação do projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado” financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2014.

INICIATIVA 00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.

No que concerne as iniciativas para produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional foram realizadas as seguintes frentes de trabalho:

- ✓ **Atualização do portal do Sistema Nacional de Informações Florestais - Snif** (www.florestal.gov.br/snif) com dados sobre produção, ensino e pesquisa florestal divulgados no ano de 2013 por diversas instituições brasileiras;

- ✓ **Coleta e armazenamento de dados** relacionados ao setor florestal (produção, comércio, transporte, ensino e pesquisa florestal) em outras instituições, sua atualização contínua, consolidação, análise e disponibilização de forma organizada e acessível em um site do SFB (www.florestal.gov.br/snif);
- ✓ **Elaboração do Questionário do Setor Florestal** (*Forest Sector Questionnaire 2013*), encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT). Esse questionário é elaborado anualmente e apresenta informações sobre: a remoção de madeira em tora de florestas naturais e plantadas destinada à indústria e à confecção de combustíveis; a produção do setor florestal (carvão vegetal, cavacos e partículas, resíduos de madeira, madeira serrada, painéis de madeira, laminados, compensados, painel de partículas, OSB, painel de fibras, MDF, polpa de madeira – celulose e papéis); e o comércio (importação e exportação) de madeira por tipo de produto;
- ✓ **Elaboração do Relatório do Brasil para compor o “Global Forest Resources Assessment – 2015” da FAO**, composto por 120 variáveis abrangendo diversos temas: (I) Área de Florestas e Características das Florestas; (II) Produção; (III) Funções de Proteção e Serviços Ecosistêmicos Seletivos; (IV) Biodiversidade e Conservação; (V) Distúrbios e Degradação das Florestas; (VI) Progresso do Manejo Florestal Sustentável; (VII) Economia e Meios de Subsistência; e (VIII) Análise do futuro.
- ✓ **Publicação do Livro de bolso “Florestas do Brasil em resumo – 2013”**, com a compilação das seguintes informações: principais estatísticas nacionais sobre as florestas brasileiras naturais e plantadas; os principais programas de governo relacionados às florestas; o monitoramento dos impactos nas florestas, os aspectos socioeconômicos do setor florestal, o ensino e a pesquisa florestal; os biomas brasileiros e suas florestas; e comparações internacionais.

2.2.2 Ações sob responsabilidade do SFB

20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar

Quadro 13. Ação 20WA.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.541.2036.20WA. Tipo: ATIVIDADE
Título	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar.
Iniciativa	01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.
Objetivo	0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

	Código: 0469					
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. Tipo: Temático					Código: 2036
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.075.000,00	4.075.000,00	2.435.499,48	1.742.128,25	1.742.128,25		693.371,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projetos apoiados			unidade	160		65
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Em 2013, o FNDF atuou em parceria o Fundo Nacional para as Mudanças Climáticas – Fundo Clima, a fim de propiciar maior impacto e escala nos resultados. Os fundos se organizaram na divisão de responsabilidades e, com isso, otimizaram o uso de seu pessoal e de recursos em prol de ações comuns. Esse foi, sem dúvida, um grande avanço na sinergia entre Fundos, evitando sobreposição de esforços e aumentando sua eficiência e eficácia.

Foram selecionados projetos por meio de chamadas públicas e, em seguida, procedeu-se à contratação de instituição especializada para a prestação de serviços a um conjunto de beneficiários. O FNDF faz a gestão e fiscalização dos contratos. Esse mecanismo permite atingir um número maior de beneficiários com menor custo administrativo e financeiro. Como não há repasse de valores por meio de convênios, os produtos são pagos mediante a entrega e aprovação, o que permite melhor controle do desembolso e melhor qualidade do serviço. Assim, em 2013, o FNDF realizou seis chamadas, selecionando 65 projetos a serem apoiados.

As ações do FNDF podem ser divididas em etapas distintas do trabalho: (i) a seleção de demandas; e (ii) a execução de contratos.

A primeira etapa constitui-se de chamadas públicas, por meio das quais são recebidos projetos, posteriormente analisados por técnicos qualificados em regime de câmara técnica e aprovados em lista de prioridade de apoio, conforme pontuação de cada projeto. Com esses resultados, em dezembro de 2013 foram realizadas contratações de instituições prestadoras de serviços especializadas para atender às

demandas apresentadas nesses projetos. A segunda etapa – execução dos contratos – refere-se à efetivação das atividades previstas, análise de produtos técnicos e pagamento, quando há aprovação, de produtos. No ano de 2013, foram pagos produtos dos 75 projetos selecionados em 2010 e 2012. Os 65 projetos aprovados em 2013 tiveram seu início no final do respectivo ano ou no primeiro semestre de 2014.

Destaca-se que as chamadas públicas realizadas no FNDF foram realizadas com recursos provenientes do Fundo Nacional de Mudanças Climáticas e, portanto, as metas atingidas devem ser contabilizadas no Objetivo 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, Iniciativa 02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, Programa 2050 - Mudanças Climáticas; Ação 20G4 - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

As maiores dificuldades para implementação do PAAR estão relacionadas com a dificuldade de selecionar instituições que realizam capacitação e assistência técnica na área florestal, uma vez que estas atividades ainda são bastante incipientes. Além disto, a contratação dos prestadores de serviço na modalidade de pregão eletrônico permite que empresas sediadas em outras regiões sejam contratadas para prestar serviços em áreas remotas do Nordeste e da Amazônia, o que por vezes, traz atrasos na execução das atividades de campo por questões de logística ou por desconhecimento da realidade local.

20WB - Pesquisa e Informações Florestais.

Quadro 14. Ação 20WB.

Identificação da Ação						
Código	10.44102.18.573.2036.20WB		Tipo: Atividade			
Título	Pesquisa e Informações Florestais.					
Iniciativa	00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.					
Objetivo	0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Código:0228					
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios			Código: 2036		
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.605.000,00	3.605.000,00	1.228.901,22	1.036.634,92	1.036.634,92	-	192.266,30
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema Implantado	%	50%	50%	40%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

A meta prevista para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Florestais foi alcançada no que diz respeito à atualização do *site* com informações do período 2012/2013, o que subsidiou a elaboração e publicação do livro "Florestas do Brasil em Resumo - 2013".

Além disso, foi realizada a manutenção corretiva do Portal Nacional da Gestão Florestal, em relação às entradas de dados, e integrado com o sistema do Documento de Origem Florestal (DOF) do Ibama.

Portanto, considera-se que a meta física foi cumprida parcialmente e que o conjunto de etapas vencidas em 2013 representam a implementação de 40% do sistema de informações, o que representa 80% da meta física prevista. Os gastos realizados representaram 60% do previsto inicialmente, por causa do contingenciamento ocorrido.

Os recursos dessa ação também foram utilizados para a execução dos projetos de pesquisa em andamento no Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Foram gastos os recursos com a aquisição de material, contratação de serviços e compra de equipamentos. Dos nove projetos previstos para serem concluídos no segundo semestre de 2013, três deles foram de fato concluídos e os demais estão em andamento e previstos para término em 2014.

20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais.

Quadro 15. Ação 20WC.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.541.2036.20WC Tipo: Atividade
Título	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais.
Iniciativa	01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais.
Objetivo	0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais. Código: 0471
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. Código: 2036
Unidade Orçamentária	44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.600.000,00	5.600.000,00	3.803.333,55	3.257.761,59	3.257.761,59		545.571,96
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área de florestas sob concessão			Hectare	1.000.000		199.836,19
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

O SFB tem reforçado suas ações no sentido de ampliar a área de florestas sob concessão florestal, de modo a atrair mais agentes privados para participação nos processos licitatórios. Dessa forma, foram redefinidos estudos ambientais, econômicos e jurídicos para a elaboração dos editais lançados em 2013.

A ampliação do período para apresentação de propostas, por exemplo, mostrou-se bastante efetiva, pois possibilitou a participação de um número maior de empresas interessadas no processo licitatório.

Como já afirmado em itens anteriores, em 2013, o SFB assinou dois contratos de concessão florestal na Flona Jacundá, em Rondônia, totalizando 87.772,23 hectares. Ao total, encontram-se disponibilizados para a concessão florestal, até o momento, 199.836,19 ha de floresta, com previsão de manejo sustentável por 40 anos.

Ainda em 2013, o SFB publicou três editais de concessão florestal nas seguintes Florestas Nacionais (Flonas): Crepori, Amana (lote II) e Altamira. As 11 UMFs submetidas a concessão florestal nessas Flonas totalizam 1.107.559,15 de hectares. Os processos licitatórios estão em andamento.

A não conclusão dos certames e conseqüentemente o não alcance da meta estratégica prevista de 1 de milhão de hectares de florestas públicas federais sob concessão florestal ocorreu, entre outros, pelos seguintes motivos:

- a) necessidade de revisão e remodelagem de dispositivos dos editais e contratos, o que levou ao retardo na finalização dos editais acima elencados;
- b) republicação do edital da Flona de Crepori, em razão de um ajuste decorrente de um pedido de impugnação do instrumento editalício;
- c) estipulação, nos casos das Flonas Crepori, Amana (lote II) e Altamira, de prazo de 180 dias entre a publicação do edital e a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação, para permitir um melhor planejamento por parte das possíveis interessadas, maior tempo para visitar as UMFs e um período mais extenso para contatar eventuais futuros investidores.

A ação 20WC também trata do planejamento das concessões florestais. Assim, a fim de cumprir esse objetivo, foram realizadas as seguintes contratações:

a) Contratação de Serviços Especializados

O serviço especializado de consultoria, contratado em 2012, para elaboração de modelagem de cenários de exploração madeireira para as florestas públicas da Amazônia Brasileira, encontra-se em andamento, tendo sido entregues em 2013 os dois primeiros produtos, em consonância ao estabelecido no Projeto Executivo aprovado pelo Serviço Florestal Brasileiro, tendo sido o Projeto Executivo, em si, o primeiro produto e o segundo, a elaboração e apresentação do banco de dados customizado.

b) Economia e Mercado Florestal

Com a finalidade de promover a realização de estudos sobre a Economia e o Mercado Florestal, o Serviço Florestal Brasileiro, firmou, em 2013, um Termo de Cooperação Técnica com a Escola de Administração Fazendária (Esaf) para realização do Concurso de Monografia I Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. Até o final daquele ano, estavam abertas as inscrições para os interessados em participar do Concurso, prazo que se encerrou em 17 de janeiro de 2014. O Concurso encontra-se em andamento, em fase de análise das monografias recebidas e cuja cerimônia de entrega da premiação acontecerá em março de 2014.

Ainda, com o objetivo de estruturar a área de inteligência de mercado do SFB, em 27/12/2013 foi realizado pregão eletrônico (nº 38/2013) visando à contratação de serviços para análise da evolução da produção, consumo, exportações e importações dos principais produtos relacionados à atividade florestal brasileira, no período de 1980 a 2013, com projeções dessas variáveis para o período de 2014 a 2023. O contrato com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ/USP) foi assinado em 31/12/2013 e tem duração prevista de 300 dias.

20WD - Inventário Florestal Nacional.

Quadro 16. Ação 20WD.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.541.2036.20WD Tipo: Atividade
Título	Inventário Florestal Nacional.
Iniciativa	00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.
Objetivo	Objetivo: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Código: 0228
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios. Código: 2036

		Tipo:				
Unidade Orçamentária		44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.473.750,00	17.473.750,00	719.378,08	422.299,08	422.299,08		297.079,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área Inventariada			hectare	200.000	16.000.000	17.760.000
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

O Inventário Florestal Nacional superou bastante a primeira meta estabelecida de 200.000 ha e também superou a meta reprogramada em junho/13 de 16.000.000 ha, chegando aos 17.760.000 ha em dezembro/13. Esse inventário florestal ocorreu nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, nos estados do RS, PR, RJ e CE. Isto foi possível devido a recursos de doação do Projeto GEF, de aproximadamente R\$ 3,15 milhões no período de janeiro e dezembro de 2013 e contrapartidas dos governos estaduais, pois os recursos previstos na LOA são insuficientes, apesar de ser um dos projetos prioritários do MMA.

Além dos trabalhos de levantamento de dados em campo nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará, foram assinados acordos de cooperação técnica com vários estados (Rondônia, Amazonas, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul) e instituições parceiras (JBRJ, UFS, UFSM, UFPR e UFC). Até dezembro/13 foram realizados quatro cursos de capacitação sobre a metodologia do IFN com a formação de aproximadamente 75 técnicos. Em novembro/2013 foi realizado o II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, que serviu para ampla divulgação do IFN e seus resultados e reuniu aproximadamente 600 profissionais e estudantes da área. Também foram realizadas reuniões da Comissão Técnica do IFN e de vários comitês temáticos como o socioambiental, o de identificação botânica e o de mapeamento e estudo da paisagem.

Foram apoiadas reuniões das redes de parcelas permanentes da Amazônia, Cerrado, Pantanal e Caatinga. Estão em andamento serviços de tecnologia da informação para construção do sistema de informações do IFN, bem como diversas consultorias relacionadas às áreas de geoprocessamento e mapeamento, controle de qualidade dos dados, capacitação e divulgação do IFN.

Entraves burocráticos e administrativos impossibilitaram a execução financeira dos recursos do Fundo Amazônia, que representava quase a totalidade do montante previsto para 2013 na LOA (R\$ 16.923.750). Apesar de celebrado em janeiro de 2013, o contrato de Concessão Financeira Não Reembolsável com o BNDES ficou pendente da forma em que seriam internalizados os recursos na conta única do tesouro nacional, por se tratar de primeira operação por parte do Fundo Amazônia com um ente federal. Este procedimento demandou a criação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional de um código específico no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), resultando em atraso na disponibilidade dos recursos do BNDES, o que impediu o início das atividades do inventário, que na região amazônica somente são possíveis no período compreendido entre os meses de maio a dezembro. Diante da impossibilidade da execução no exercício a meta física foi reprogramada.

A execução financeira dos recursos do Fundo Amazônia foi iniciada em dezembro/2013 e está previsto um grande desembolso no início de 2014 com a contratação das empresas para coleta de dados em campo em parte dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e todo estado de Rondônia.

Os recursos previstos na LOA da fonte 100 foram utilizados principalmente para a elaboração do Sistema de Informações do IFN. Foram gastos aproximadamente 80% dos recursos devido ao contingenciamento ocorrido. Após a liberação para serem gastos novamente não houve tempo hábil de desenvolver o restante das atividades previstas, o que ocasionou um enorme prejuízo no andamento das atividades, uma vez que a técnica responsável pelo desenvolvimento do sistema da empresa contratada foi designada para outro projeto e outro técnico assumiu, tendo que iniciar o entendimento do negócio do IFN para dar continuidade aos trabalhos, o que tomou bastante tempo.

2.2.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados

ANO 2012

Quadro 17. Ação 8304 – Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.127.2036.8304 Tipo: Atividade
Título	CADASTRAMENTO DE FLORESTAS PÚBLICAS NACIONAIS
Iniciativa	00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.
Objetivo	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) Código: 0228
Programa	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
35.376,00	35.376,00	0,00	Floresta Cadastrada	hectare	

Quadro 18. Ação 10TD – Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Informações Florestais.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.541.2036.10TD Tipo: Atividade				
Título	IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS.				
Iniciativa	00P2 – Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional.				
Objetivo	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) Código: 0228				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
240.475,58	192.959,82	0,00	Sistema implantado	%	

Quadro 19. Ação 20MI – Monitoramento das Concessões Florestais.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.541.2036.20MI Tipo: Atividade				
Título	MONITORAMENTO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS				
Iniciativa	01J9 – Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.				
Objetivo	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais Código: 0471				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
128.131,04	106.100,00	22.031,04	Área Monitorada.	hectare	

Quadro 20. Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.541.2036.2D12 Tipo: Atividade				
Título	PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS.				
Iniciativa	01J9 – Planejamento, gestão e monitoramento das concessões florestais.				
Objetivo	Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais Código: 0471				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				

Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
609.897,80	466.501,50	3.567,41	Área concedida	hectare	

Quadro 21. Ação 8298 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.541.2036.8298 Tipo: Atividade				
Título	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL.				
Iniciativa	000X – Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.				
Objetivo	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) Código: 0228				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.668.986,00	70.058,00	0,00	Iniciativa apoiada	unidade	

Quadro 22. Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.541.2036.8300 Tipo: Atividade				
Título	APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR.				
Iniciativa	011X - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento.				
Objetivo	Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e o uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda. Código: 0469				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.329.340,10	492.761,13	400,00	Famílias beneficiadas	número	

Quadro 23. Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.

Identificação da Ação	
Código	10.44102.18.541.2036.6035 Tipo: Atividade
Título	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
Iniciativa	000X - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis.

Objetivo	Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Código: 0228				
Pograma	Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Código: 2036 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
89.954,79	83.343,07	0,09	Pesquisa realizada	Unidade	

ANO 2011

Quadro 24. Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.127.0506.2D12		Tipo: Atividade.		
Título	PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Pograma	Código: 0506		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
131.278,00	52.511,20	78.766,80	Área concedida	hectare	

Quadro 25. Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.127.0506.8300		Tipo: Atividade		
Título	APOIO AO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR.				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Pograma	Código: 0506		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.021.859,28	202.840,12	819.019,16	Famílias beneficiadas	número	

Quadro 26. Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.

Identificação da Ação					
Código	10.44102.18.127.0506.6035 Tipo: Atividade				
Título	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL				

Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Pograma	Código: 0506 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	44102 – Serviço Florestal Brasileiro (SFB).				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
10.000,00		10.000,00	Pesquisa realizada	Unidade	

Cumpramos ressaltar o esforço da gestão financeira deste Órgão no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar não processados – RAP elencados acima, haja vista o interesse da Administração Pública. A estratégia adotada, no que tange a execução dos RAP, consiste no acompanhamento das despesas inscritas tanto do ponto de vista orçamentário quanto financeiro.

O acompanhamento dos RAP, do ponto de vista orçamentário, é realizado através da apresentação das faturas pelas empresas, visando a sua liquidação, bem como pela manifestação do gestor do contrato quanto à necessidade ou não da permanência da inscrição em Restos a Pagar, fato que possibilita o cancelamento do empenho registrado em RAP no decorrer do exercício. A permanência de RAP não processados por mais de um exercício financeiro acontece em função da não emissão do documento hábil para pagamento por parte da empresa ou pela emissão do mesmo com falhas na cobrança.

Já do ponto de vista financeiro, o acompanhamento está voltado para o pagamento de RAP no exercício corrente. Esse procedimento exige da unidade um controle preventivo e concomitante com a gestão financeira do exercício, em função do repasse de recursos ocorrerem na conta de limite de saque, pois esta é composta por financeiro do exercício corrente e por recursos de RAP enviados para o SFB através da setorial financeira.

Cabe informar que o SFB observa, rigorosamente, a legislação que rege a inscrição, o pagamento e o cancelamento das mencionadas despesas, principalmente os decretos que tratam da prorrogação do prazo de validade dos restos a pagar não processados.

3. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

Em reunião realizada entre representantes dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente e representante da Controladoria-Geral da União, decidiu-se que este item será apresentado somente no Relatório da Secretaria Executiva (Secex) do MMA.

4. Execução Orçamentária e Financeira

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Quadro 27. Programação de Despesas.

Unidade Orçamentária : Serviço Florestal Brasileiro		Código UO:44102		UGO:440088	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		14.641.233,00		37.956.199,00	
CRÉDITOS	Suplementares	1.812.503,00		179.600,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		54.589.535,00			
Dotação final 2012(B)		40.299.729,00			
Variação (A/B-1)*100		35,46			
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		4.605.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	1.535.000,00		
Créditos Cancelados		1.535.000,00			
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		4.605.000,00			
Dotação final 2012(B)		7.956.075,00			
Variação (A/B-1)*100		-42,12			

4.1.1.1 Análise Crítica

Na avaliação das dotações do exercício corrente em relação às dotações do exercício anterior, observamos o acréscimo de 35,46% no grupo de despesas correntes e o decréscimo de 42,12% no grupo de despesas de capital (investimento), que se deve pela abertura de créditos extraordinários em 2012 e posterior reabertura e cancelamento no exercício de 2013.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 28. Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos		440002	09.272.0089.0181	670.932,00		
		440002	18.122.2124.09HB	2.171.929,00		
		440002	18.122.2124.20TP	13.610.875,00		
		440002	18.122.2124.2000			1.541.670,12
		440002	18.301.2124.2004			208.200,00
		440002	18.306.2124.2012			586.600,00
		440002	18.331.2124.2011			53.760,00
		440002	18.365.2124.2010			15.400,00
		440002	18.541.2036.20WA			1.651.461,29
		440002	18.541.2036.20WC			3.150.818,87
		440002	18.541.2036.20WD			358.901,84
		440002	18.573.2036.20WB			930.996,45
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Os valores apresentados acima se referem às descentralizações internas entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão, objetivando o pagamento da despesa com pessoal, encargos sociais, benefícios e pagamento de pessoal por contratado temporário lotado no SFB.

Os pagamentos de pessoal realizados pela UG 440022 (CGGO/SPOA/SECEX/MMA) – Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontram-se em conformidade com as determinações do Contrato de Gestão e de Desempenho firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o SFB.

Quadro 29. Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos		170009	18.541.2036.20 WC			35.680,00
		440094	18.541.2036.20 WA			459.279,00
		440110	18.122.2124.200 0			54.252,67
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

A descentralização efetuada na UG 170009 (Escola de Administração Fazendária - Esaf), deve-se à contratação de serviços para realização de concurso de monografia I Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em estudos de economia e mercado florestal.

A descentralização efetuada na UG 440094 (Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF) foi para contratação de assessoria técnica/ jurídica e serviços técnicos profissionais para elaboração da estratégia de atuação do SFB para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar no cerrado e para apoio ao extrativismo, beneficiamento e comercialização de óleo de andiroba.

A descentralização efetuada na UG 440110 (KFW) foi para contratação de empresa especializada para elaboração de investigação geotécnica e levantamento topográfico do terreno onde será construída a sede da Unidade Regional DF BR 163 e contratação de empresa para elaboração de projeto executivo para construção da sede da UR Purus Madeira.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 30. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.

Unidade Orçamentária: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB		Código UO: 44102		UGO:44208	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços		30.800,00		30.800,00	
c) Concorrência					
d) Pregão	3.395.216,52	2.240.013,14	3.395.216,52	2.239.795,91	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					

2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	915.373,43	628.602,08	915.373,43	628.602,08
i) Inexigibilidade	75.291,15	54.819,20	75.291,15	54.819,20
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	24.077,01	15.443,31	24.077,01	15.443,31
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha	15.623.276,43	12.729.905,56	15.616.333,73	12.729.905,56
l) Diárias	218.965,92	320.054,39	218.965,92	320.054,39
5. Outros	23.401.931,06	869.938,91	23.394.988,36	869.938,91
6. Total (1+2+3+4+5)	43.654.131,52	16.889.576,59	40.245.029,60	16.889.359,36

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro 31. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços		30.800,00		30.800,00	
c) Concorrência					
d) Pregão	3.140.156,78	2.240.013,14	3.140.156,78	2.239.795,91	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa	911.412,29	628.602,08	911.412,29	628.602,08	
i) Inexigibilidade	75.291,15	54.819,20	75.291,15	54.819,20	
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos	24.077,01	15.443,31	24.077,01	15.443,31	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias	218.965,92	320.054,39	218.965,92	320.054,39	
5. Outros	190.885,62	115.340,65	190.885,62	115.340,65	
6. Total (1+2+3+4+5)	4.369.903,15	3.405.072,77	4.560.785,77	3.404.855,54	

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 32. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:		
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
11 -VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.976.533,96	10.368.777,67	12.976.533,96	10.368.777,67			12.976.533,96	10.368.777,67	
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	2.232.487,49	1.991.005,83	2.232.487,49	1.991.005,83			2.225.544,79	1.991.005,83	
01- APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	337.606,74		337.606,74				337.606,74		
Demais elementos do grupo	76.648,24	370.122,06	76.648,24	370.122,06			76.648,24	370.122,06	
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes.									
04- CONTRATATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	6.519.205,11	8.279.287,97	6.519.205,11	8.279.287,97			6.519.205,11	8.279.287,97	
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	4.631.849,10	5.829.861,15	2.164.673,75	1.125.734,47	2.467.175,35	4.704.126,68	2.164.673,75	1.125.734,47	
37- LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.727.375,73	1.421.606,58	1.234.483,35	973.537,86	492.892,38	448.068,72	1.234.483,35	973.320,63	
Demais elementos do grupo	2.605.198,66	2.545.970,13	2.000.057,20	2.005.123,20	605.141,46	540.846,93	2.000.057,20	2.005.123,20	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
52-EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	562.494,22	933.158,83	371.070,08	180.704,40	191.424,14	752.454,43	371.070,08	180.704,40	
39-OUTROS SERVIÇOS DE	128.346,91	222.585,82	110.496,91	125.406,00	17.850,00	97.179,82	110.496,91	125.406,00	

TERCEIROS- PESSOA JURIDICA								
51-OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	-	-	30.800,00	-	30.800,00	-	-	30.800,00
Demais elementos do grupo			1.206,99				1.206,99	
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro 33. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes									
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	4.062.655,41	4.156.768,89	1.944.745,13	1.121.628,21	2.117.910,28	3.035.140,68	1.944.745,13	1.121.628,21	

37- LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.727.375,73	1.421.606,58	1.234.483,35	973.537,86	492.892,38	448.068,72	1.234.483,35	973.320,63
33-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	537.310,91	584.323,39	482.701,36	484.766,75	54.609,55	99.556,64	482.701,36	484.766,75
Demais elementos do grupo	868.947,55	929.519,84	406.362,34	488.229,55	462.585,21	441.290,29	406.362,34	488.229,55
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
52-EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	562.494,22	933.158,83	371.070,08	180.704,40	191.424,14	752.454,43	371.070,08	180.704,40
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	128.346,91	222.585,82	110.496,91	125.406,00	17.850,00	97.179,82	110.496,91	125.406,00
51-OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.		30.800,00		30.800,00				30.800,00
Demais elementos do grupo		1.206,99				1.206,99		
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 34. Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação.

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 35. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39- Outros Serviços de PJ	3.278.889,35	2.308.988,55	183.779,80		3.095.109,55	2.308.988,55	183.779,80	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A modalidade de licitação mais utilizada em 2013 foi o pregão, pois é a mais simples e rápida para atender aos mais diversos objetivos do SFB, desde a compra de equipamentos de informática até a seleção de prestadores de serviço para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

Em 06 de junho de 2013, houve corte de limite orçamentário, no valor de R\$ 4.600.000,00, com base na Portaria/SOF/207/2013. O SFB passou a trabalhar com um orçamento limitado. Foi preciso um controle mais rigoroso na rotina de empenhos dos contratos administrativos. Em 02 de dezembro, houve a recomposição de limite, no valor de R\$ 2.000.000,00, o que permitiu emitir os empenhos necessários à execução dos contratos.

O SFB executou 95,41% do seu orçamento, nas fontes 0100 e 0129, levando em consideração a cota de limite orçamentário, a partir de 2 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 15.128.930 (quinze milhões cento e vinte e oito mil novecentos e trinta reais).

Em relação à eficiência na execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a execução esteve em estrita conformidade com o que está estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas demais legislações correlatas.

Os procedimentos orçamentário-financeiros estão de acordo com os princípios da administração pública, permitindo ao Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gerir as florestas públicas brasileiras.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 36. Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	6.543.883,57	3.292.838,74	237.814,66	3.013.230,17
2011	1.166.851,79	255.767,09	911.084,70	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	217,23	217,23		0,00
2011	2.103,38	2.103,38		0,00

Os Restos a Pagar do SFB se concentram principalmente no mês de dezembro, pois os contratos são executados mensalmente, mas os faturamentos e os pagamentos ocorrem efetivamente no mês de janeiro. O maior montante de restos a pagar se concentra no Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, em que o pagamento segue um cronograma de entrega de produtos pelas empresas contratadas.

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, e os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/86.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 37 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Serviço Florestal Brasileiro – SIAFI 44102									
CNPJ: 37.115.375/0008-8					UG/GESTÃO: 440075/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	715388/2009	03.161.750/000 1-33	112.000,00	12.000,00	0	100.000,00	2009	2013	7
1	736531/2010	82.662.958/000 1-02	674.000,00	112.400,00	0	562.000,00	2010	2013	4
1	762342/2011	11.822.269/000 1-70	1.183.333,33	133.333,33	0	1.050.000,00	2011	2015	1
3	2209.08878/20 13-13	02.317.176/000 1-05	132.075,00	0	35.680,00	35.680,00	2013	2014	1

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado
Fonte:	

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 38– Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Serviço Florestal Brasileiro – código SIAFI 44102					
CNPJ:	37.115.375/0008-8					
UG/GESTÃO:	440075/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio			1		1.050.000,00	85.258,58
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	1		35.680,00	31.429,73	
Termo de Compromisso						
Totais				35.680,00	1081.429,73	85.258,58

Fonte:

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 39 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Serviço Florestal Brasileiro código SIAFI 44102					
CNPJ: 37.115.375/0008-8		UG/GESTÃO: 440075/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	100.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	562.000,00		
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		31.429,73	

2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte: SICONV e SIAFI.					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 40– Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome:							
CNPJ:			UG/GESTÃO:				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2013	Quantidade de Contas Prestadas						
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada				
			Quantidade Reprovada				
			Quantidade de TCE				
			Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade					
		Montante Repassado (R\$)					
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			1	
			Quantidade Reprovada			0	
			Quantidade de TCE			0	
Montante Repassado (R\$)			100.000,00				
Contas NÃO Analisadas		Quantidade			1		
		Montante Repassado (R\$)			562.000,00		
2012	Quantidade de contas prestadas						
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada					
		Quantidade Reprovada					
		Quantidade de TCE					
		Montante repassado					
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade					
		Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas						
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada					
		Quantidade Reprovada					
		Quantidade de TCE					
		Montante Repassado					
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade					
		Montante Repassado					
	Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			0	
Montante Repassado							
Fonte: Siconv.							

4.4.5 Análise Crítica

Na LOA 2009 consta o Programa 0506 – Programa Nacional de Florestas, com a Ação 8298 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável. Foi nessa Ação que se enquadrou o gasto previsto para o convênio nº 715388/2009, que teve por objeto promover a propagação de espécies de orquídeas do Cerrado, que encontram ameaçadas de extinção, contribuindo desse modo para a biodiversidade da flora brasileira. O convênio foi encerrado em 2013 e teve sua prestação de contas já analisada. O referido convênio foi subdividido em duas metas, sendo a primeira integralmente cumprida e a segunda parcialmente. Frente ao exposto verifica-se que apesar de a prestação de contas ter sido regular e os saldos devolvidos a conta corrente do Tesouro no prazo legal, o mesmo não foi eficaz, pois não cumpriu integralmente seus objetivos, e nem foi eficiente, pois devido a diversas licitações desertas, não foi possível adquirir todos os produtos previstos no Plano de Trabalho com o menor custo para a administração.

Referente a LOA de 2012, houve a previsão do Programa 2124 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente e da Ação 2000 – Administração da Unidade, nessa Ação foi feita a transferência voluntária para o Termo de Cooperação nº 02209.015669/2012-37. O referido Termo cumpriu seu objeto, vez que o evento foi realizado, o Fórum Tecnologia, Inovação e Inclusão em Florestas – TII-Flor e para tanto utilizou-se o menor custo possível para a Administração. Vale ressaltar que a prestação de contas continua em aberto.

O Convênio nº 736531/2010 encontra-se em fase de prestação de contas.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 41. Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	32	12.805,00	38	10.439,05	23.244,05
2012	-	-	27	7.210,00	30	8.283,92	15.493,92
2011	-	-	14	4.788,00	36	11.191,44	15.979,44

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve despesas realizadas por meio de suprimento de fundos utilizando conta tipo B.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 42. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	440075		Limite de Utilização da UG	R\$ 90.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
HUGULINO DE ALMEIDA DIAS	330.204.856-49	3.500,00	0,00	901,00	901,00	
GILSON DE SOUZA	587.092.749-87	2.640,00	800,00	1078,82	1.878,82	
CARLOS ALBERTO FERREIRA	096.936.106-87	6.400,00	650,00	142,35	792,35	
MIKHAIL GORBACHEV GUY EIRADO	691.693.811-00	8.000,00	485,00	769,70	1.254,70	
ROSALINA DOS SANTOS DIAS	312.651.972-53	12.000,00	360,00	551,50	911,50	
MARCELO SANTOS MELO	601.596.772-20	12.800,00	0	1.291,70	1.291,70	
JOSEMAR MENDES DE SOUSA	031.215.684-77	9.000,00	350,00	1.720,07	2.070,07	
TATIANE IOLY CANTON SOUZA	012.513.735-42	6.300,00	1.200,00	870,02	2.070,02	
NEWTON DUQYE ESTRADA BARCELLOS	425.519.357-68	24.950,00	7.160,00	3.066,89	10.226,89	
GETÚLIO FERREIRA DE ALMEIDA	210.656.831-20	2.600,00	1.800,00	47,00	1.847,00	
Total Utilizado pela UG				12.805,00	10.439,05	23.244,05
Código da UG 2:			Limite de Utilização da UG:			
Total Utilizado pela UG						
Total Utilizado pela UJ						

Fonte: SIAFI.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 43. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (conta tipo “B” e CPGF).

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	----	----	----	----	----	----	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	----	----	----	----	----	----	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	----	----	----	----	----	----	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	----	----	----	----	----	----	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	----	----	----	----	----	----	20	23.244,05	24	15.443,31	25	15.335,86

4.5.5 Análise Crítica

No exercício de 2013, o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) foi utilizado para despesas emergenciais que não houve tempo de realizar processo licitatório ou despesas de pequeno vulto, cuja compra direta se tornou mais vantajosa para a Administração.

O Serviço Florestal Brasileiro possui várias áreas, sendo que a despesa com o uso de suprimento de fundos é realizada conforme a demanda de cada unidade e ou gerência.

Nota-se que houve um aumento de cerca de 50% nas despesas com o uso do CPGF em relação ao exercício anterior. A razão desse aumento reside na necessidade de as Unidades Regionais realizarem alguns reparos nas sedes para manutenção predial. À exceção da Unidade Regional Purus Madeira, as demais não possuem contrato para manutenção predial. Ademais, houve pequenos gastos para manutenção de serviços de informática, uma vez que a contratação de suporte de TI para as Unidades está em andamento, nos termos da IN SLTI 04/2010.

O uso do CPGF pelos servidores do Serviço Florestal Brasileiro foi feito dentro das normas e dos prazos estabelecidos pela legislação vigente.

Todas as prestações de contas foram analisadas aprovadas pelo Ordenador de Despesas.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não houve renúncia de receitas por parte do órgão.

5. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro 44. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não Há	165	51	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não Há	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não Há	165	51	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não Há	135	49	4

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não Há	2	-	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não Há	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não Há	28	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não Há	46	-	14
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não Há	9	-	2
3. Total de Servidores (1+2+3)	Não Há	220	51	23

Fonte: DataWare House – SIAPENET.

Esclarecimentos:

Os nomeados apenas para cargo em comissão/Sem Vínculo não foram computados nesse Quadro.

Item 1.2.1 : Somatório dos ativos e cedidos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão ou função).

Item 1.2.2: Somatório somente da situação exercício descentralizado (inclusive os que ocuparem cargo em comissão).

Item 1.2.4: Somatório da situação requisitado e requisitado de outros órgãos (inclusive os que ocuparem cargo em comissão).

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 45. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	5
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei nº 9.007/95, Lotação Provisória)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-

4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	2
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	8

Fonte:

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 46. Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro) (Situação apurada em 31/12).

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	51	2	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	51	2	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	16	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	-	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	24	2	-
1.2.4. Sem vínculo	-	9	-	2
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	51	2	3

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 47. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	42	59	30	28	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	39	35	18	24	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	3	24	12	4	3
2. Provimento de cargo em comissão	8	20	9	14	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	20	9	14	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	50	79	39	42	10

Fonte: DataWare House – SIAPENET.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 48. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	1	-	2	21	145			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-			
1.2. Servidores de Carreira	-	1	-	2	21	99			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	46			
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	4	47			
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	47			
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-			
3. Totais (1+2)	-	1	-	2	25	192	-	-	-
LEGENDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de Escolaridade									

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte:

Esclarecimentos:

Nos Itens 2 estão contabilizadas todas as situações em que o servidor ocupe cargo em comissão.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 49. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2013	4.454.330,53	16.515,61	643.425,63	373.410,33	508.069,33	340.584,92	2.835.280,62	1.119,28	9.172.736,25
	2012	3.452.206,80	18.525,44	463.266,42	228.784,47	351.101,42	316.522,77	2.003.317,00	265.742,17	7.109.984,82
	2011	3.616.244,86	13.089,68	484.364,76	245.812,58	381.389,82	330.627,76	2.035.290,66	-	7.119.283,09
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	-	4.648.824,99	372.837,51	135.296,37	50.786,05	5.934,46	75.415,83	-	5.289.095,21
	2012	-	6.096.302,66	497.395,84	195.987,57	258.273,06	23.645,00	75.838,91	-	7.147.443,04
	2011	-	6.962.731,65	578.388,33	193.632,90	271.475,18	11.767,00	26.511,23	-	8.044.506,29

Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	20.316,60	-	2.971,64	1.093,87	5.596,85	1.337,34	14.984,00	-	-	46.300,30
	2012	18.977,84	-	2.537,10	1.612,17	4.822,20	1.172,00	10.148,00	-	-	39.269,31
	2011	4.705,26	-	2.299,42	-	1.232,94	303,00	2.193,00	-	163,42	10.897,04
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.015.961,37	2.136.504,89	341.404,78	127.272,36	131.412,07	62.425,03	735.158,06	5.354,26	-	4.555.492,82
	2012	889.852,75	2.046.640,14	294.635,34	101.431,61	109.325,15	45.975,71	600.858,02	13.386,78	1.447,64	4.103.553,14
	2011	837.747,44	1.983.417,01	290.777,67	103.207,14	111.214,59	43.302,06	430.674,39	-	2.815,74	3.803.156,04
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DataWare House
SIAPENet.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 50. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12.

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	4	1
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	5	1

Fonte: Sistema SIAPE - Jan/2014 .

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 51. Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: Sistema SIAPE - Jan/2014

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 52. Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	49	7	50*	19**
Concessão de aposentadoria	1	2	1	2
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	50	9	51	21

*1 ato de 2009 cadastrado em 2013

**3 atos de 2011 cadastrados em 2012, 5 atos de 2010 cadastrados em 2012 e 4 atos de 2009 cadastrados em 2012.

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 53. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	23	16	25*	16
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	23	16	25	16

* 2 atos de 2012 cadastrados em 2013.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 54. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				

Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não houve.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Serviço Florestal Brasileiro não desenvolveu indicadores gerenciais sobre recursos humanos, pois este órgão não possui RH próprio. Os assuntos relacionados à Gestão de Pessoas são tratados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente/MMA.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 55. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>O Ministério do Meio Ambiente – MMA, em sua Administração Direta, cumpriu de forma transparente e regular o que foi acordado no Termo de Conciliação Judicial, firmado em 05 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia Geral da União e o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>Em 17/08/2009, foram extintos 262 (duzentos e sessenta e dois) postos de trabalho terceirizados que se encontravam em situação irregular. A nomeação dos 248 (duzentos e quarenta e oito) candidatos aprovados no concurso público de Agente Administrativo, autorizado para substituir a mão de obra terceirizada, foi efetivada por meio das Portarias nºs 53/SECEX/MMA, de 30 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 seguinte, e 31/SECEX/MMA, de 19 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 22 seguinte.</p> <p>Atualmente o MMA mantém contratos de prestação de serviços apenas para atividades passíveis de terceirização, conforme previsto no Decreto nº 2.271/97.</p>					

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro 56. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
MMA e SFB	425	06/10/2011	20
MMA e SFB	499	18/11/2011	21
MMA e SFB	99	20/03/2012	13
MMA e SFB	514	24/10/2012	23
MMA e SFB	180	20/05/2013	12

Fonte: Site da Imprensa Nacional.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 57. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante														
Nome: Serviço Florestal Brasileiro														
UG/Gestão: 440075/00001							CNPJ: 37.115.375/0008-83							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	09/2010	07.069.574/0001-65	16/04/2010	15/04/2014					x			P
2011	V	O	01/2011	04.179.738/0001-19	17/02/2011	17/08/2014					x			P
2012	V	E	47/2012	12.159.225/0001-74	01/01/2013	01/07/2013					x			P
2013	V	O	23/2013	16.505.678/0001-66	09/05/2013	09/05/2014					x			A
2013	V	O	29/2013	12.159.225/0001-74	02/07/2013	02/07/2014					x			A
2010	L	O	33/2010	09.540.692/0001-35	22/09/2010	22/09/2013		x						E
2011	L	O	16/2011	04.630.524/0001-17	03/08/2011	02/08/2013		x						E
2012	L	O	17/2012	11.027.483/0001-34	11/06/2012	10/06/2014		x						P
2012	L	O	21/2012	07.174.641/0001-01	02/07/2012	02/07/2014		x						P
2013	L	O	30/2013	03.116.706/0001-01	01/07/2013	01/07/2014		x						A
2013	L	O	40/2013	05.058.935/0001-42	23/09/2013	23/09/2014		x		x				A
Observações:														
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

Fonte: COLIC/GEAL

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 58. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Serviço Florestal Brasileiro													
UG/Gestão: 440075/00001						CNPJ: 37.115.375/0008-83							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	15/2011	04.630.524/0001-17	03/08/2011	03/08/2013				X			E
2011	2	O	17/2011	04.630.524/0001-17	03/08/2011	03/08/2013	X						E
2011	4	O	18/2011	04.630.524/0001-17	03/08/2011	03/08/2013	X						E
2012	5	O	01/2012	08.841.478/0001-56	04/01/2012	01/12/2013				X			E
2012	9	O	14/2012	07.533.840/0001-69	12/06/2012	12/06/2014	X		X				P
2012	4	O	16/2012	07.618.3334/0001-72	11/06/2012	11/06/2013	X						E
2012	5	O	18/2012	26.645.879/0001-12	12/06/2012	12/06/2013				X			E
2012	5	O	19/2012	11.699.013/0001-17	02/07/2012	01/07/2013				X			E
2012	4	O	20/2012	11.699.013/0001-17	02/07/2012	01/07/2013	X						E
2012	2	O	22/2012	04.105.439/0001-30	05/07/2012	05/07/2013	X						E
2012	2	O	24/2012	07.618.334/0001-72	11/07/2012	11/07/2013	X						E
2012	2	O	30/2012	08.466.488/0001-59	13/09/2012	13/09/2014				X			P
2012	2	O	31/2012	08.466.488/0001-59	13/09/2012	13/09/2014				X			P
2012	2	O	32/2012	07.106.915/0001-25	18/09/2012	18/09/2014							P
2013	4	O	19/2013	11.751.115/0001-34	19/03/2013	11/06/2014	X		X				P
2013	2	O	37/2013	09.134.888/0001/20	10/09/2013	10/09/2014	X						A
2013	5	O	54/2013	02.780.863/0001-54	23/12/2013	23/12/2014				X			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: COLIC/GEAL.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

O Serviço Florestal Brasileiro possui, tanto em sua sede, em Brasília/DF, como nas Unidades Regionais, contratos com locação de mão de obra para a prestação dos serviços de vigilância armada, copeiragem, conservação e limpeza, transporte de servidores, manutenção predial, help desk, e reprografia.

Todo contrato tem seu fiscal designado por portaria específica, publicada em boletim interno do Ministério do Meio Ambiente. A gestão dos contratos é compartilhada entre a Coordenação de Licitações e Contratos e a Coordenação Financeira, sob a coordenação da Gerência de Administração e Logística, tudo em apoio às atividades do fiscal. Ainda que se tente dar o devido acompanhamento, observa-se a ocorrência de dificuldades, tais como o não pagamento de salários e benefícios sociais conforme o prazo legal ou convencional.

A interrupção na prestação de serviços só foi observada quando, em face da inadimplência da contratada, a autoridade competente deliberou pela rescisão unilateral do contrato. Uma vez constatado o não pagamento de salários ou benefícios sociais, e oportunizado à contratada fazê-lo em 24 horas, ainda assim, não o fazendo, o Serviço Florestal Brasileiro tem adotado a sistemática de realizar o pagamento direto aos colaboradores. Isto, no intuito de evitar restar caracterizada a *culpa in vigilando*, expondo a União a possível condenação em reclamação trabalhista, em face da subsidiariedade prevista na Súmula 331 do TST, sem prejuízo de sanção administrativa ou mesmo a rescisão contratual unilateral. Nesta hipótese, necessário celebrar novo contrato seja por nova licitação, pela contratação do remanescente do contrato, por adesão a ata de registro de preços ou pela emergencialidade.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 59. Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					86.064,00
1.1 Área Fim	10	10	10	10	86.064,00
1.2 Área Meio	1	1	1	1	
2. Nível Médio					-
2.1 Área Fim	0	0	0	0	
2.2 Área Meio	0	0	0	0	
3. Total (1+2)	0	0	0	0	86.064,00

6. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos no SFB é a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008. Esses veículos são controlados por meio de planilha, onde constam: data, quilometragem inicial e final, justificativa de utilização, nome do servidor usuário, e autorização do gestor da frota.

As Unidades Regionais realizam a representação política do SFB e executam atividades das gerências executivas, com a utilização de veículos. Dessa forma, no ano de 2013, os servidores das URs realizaram atividades de monitoramento das Concessões Florestais, participaram de reuniões dos Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais e de diversas reuniões com órgãos públicos nos municípios, para dar encaminhamento às demandas das gerências executivas, reuniões com universidades e outros parceiros para alinhar ações para a realização do Inventário Florestal Nacional, e atividades de administração e logística.

O Serviço Florestal Brasileiro possui, atualmente, nove veículos de sua propriedade, distribuídos em suas unidades regionais nas cidades de Porto Velho/RO, Santarém/PA, Curitiba/PR e Natal/RN e Teixeira de Freitas/BA, conforme abaixo:

Quadro 60. Frota de Veículos do SFB.

Marca/Modelo	Ano/mo- do	Placa	RENAVA M	Chassi	CNPJ	Grupo de veículo
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8331	981725970	93XGNK7409C848 452	37.115.375/0008- 83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8341	981726461	93XGNK7409C848 485	37.115.375/0008- 83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8301	981721052	93XGNK7409C848 487	37.115.375/0008- 83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8311	981724787	93XGNK7409C848 480	37.115.375/0008- 83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 8321	981725554	93XGNK7409C848 479	37.115.375/0008- 83	Utilitário
L 200, GL 141CV, Mitsubishi	2008/2008	JGC 6311	964949415	93XGNK7409C844 646	37.115.375/0008- 83	Utilitário
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0955	901533319	9BWDB05W07T06 6300	37.115.375/0008- 83	Passeio
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0965	901534056	9BWDB05W57T06 5532	37.115.375/0008- 83	Passeio
VW/Parati 1.6 – Cor branca	2006/2007	JHK 0975	901535265	9BWDB05W47T06 6428	37.115.375/0008- 83	Passeio

De janeiro a dezembro de 2013, os veículos rodaram em média 8.000 km por ano. Alguns rodaram muito mais, por volta de 17.000, contudo, os que ficaram parados para manutenção reduziram a média. Os veículos L200 têm um rendimento médio de 08 km/l, enquanto as Paratis rendem 11,91 km/l. A idade média da frota dos veículos utilitários é de seis anos e dos veículos de passeio, oito anos.

O Serviço Florestal possui um contrato de manutenção da frota e fornecimento de combustíveis para atender demanda das Unidades Regionais e a sede. O custo com o referido contrato no exercício de 2013 está descrito na Quadro 61.

Quadro 61. Custos da manutenção da frota.

Unidade Regional	Despesas anuais (R\$)
Brasília / Sede SFB	7.704,39
UR SUL	1.618,08
UR NORDESTE	13.753,95
UR PURUS MADEIRA	14.233,55
UR BR-163 SANTARÉM	53.224,72
Total	90.534,69

Destaca-se que os veículos são utilizados como ferramenta de trabalho e demandados com frequência, motivo pelo qual se optou pela aquisição da frota em detrimento à locação.

O gerenciamento e o controle de combustíveis e manutenção dos veículos da frota do órgão são realizados por meio do Sistema Goodcard – Ecofrotas. Esse sistema é alimentado pelos servidores que utilizam os veículos e solicitam os serviços de manutenção e aquisição de combustível, bem como é

acompanhado pelo fiscal do contrato que o utiliza para conferências das notas fiscais oriundas dos serviços executados. Ademais, esse sistema contém todos os dados relativos às solicitações, tais como: usuário solicitante, data, valor e quantidade do combustível adquirido, relação litro/km etc., assegurando um controle mais efetivo por parte da Administração. O Quadro 62 apresenta as informações sobre a empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.

Quadro 62. Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte.

Também é importante ressaltar que o SFB é um órgão autônomo vinculado ao MMA, mas está localizado nas dependências do IBAMA. Assim, são vários os assuntos constantemente tratados com unidades do Ministério, bem como reuniões externas a serviço por parte dos servidores. Além disso, a motocicleta auxilia no transporte de documentos endereçados a Brasília.

Empresa	CNPJ	Pregão	Tipo de licitação	Vigência contratual	Quant. Veículos	Valor contratado (R\$)	Valor pago em 2013 (R\$)	
GVP Auto Locadora & Serviços Ltda. Epp.	08.466.488/0001-59	30/2012	Pregão	13/0/9/2014	02	220.579,44	116.286,27	Veículos transporte Institucionais
GVP Auto Locadora & Serviços Ltda. Epp.	08.466.488/0001-59	31/2012	Pregão	13/09/2014	01	73.632,26	69.240,00	Veículos transporte Institucionais
FLASH Transporte e Informática LTDA	07.106.915/0001-25	32/2012	Pregão	18/09/2014	01	28.729,92	20.840,01	Veículo par entrega de documentos

Fonte: COALP/GEAL

A média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, é para transportes institucionais 2.596 km (classificação 2) e para transporte de documentos 1.100 km (classificação 2). A idade média anual é de 2 anos para ambos os grupos.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Não de aplica, pois em 2013 não houve imóveis cedidos pela União ou imóveis adquiridos com recurso próprio. Há dois imóveis onde são duas sedes das seguintes Unidades Regionais do SFB: A Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável BR 163, cujo terreno localizado em Santarém (PA) pertence ao IBAMA e a Unidade Regional de Purus-Madeira, em Porto Velho (RO), que possui apenas um documento de permissão de uso.

7. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro 63. Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
4	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
4	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
1	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
1	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
1	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
4	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
4	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
2	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
4	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
1	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
4	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
1	Auditoria de governança de TI.
1	Auditoria de sistemas de informação.
1	Auditoria de segurança da informação.
1	Auditoria de contratos de TI.
1	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
1	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
4	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
4	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
4	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
4	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
4	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

4	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
4	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
1	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
3	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
4	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: www.florestal.gov.br/pdti
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
3	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
4	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
3	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
1	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
1	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
1	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
x	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) tem o objetivo de alinhar as estratégias de negócios do Serviço Florestal Brasileiro às necessidades de Tecnologia da Informação. O Resultado desse processo é um conjunto de metas e ações a serem realizadas visando ao cumprimento da missão do órgão.

Na elaboração do PDTI do SFB foram seguidas as orientações do Manual de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação elaborado pela Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, sua abrangência compreende todas as unidades do Serviço Florestal Brasileiro e tem vigência nos anos de 2012 e 2013.

O objetivo do PDTI é oferecer ao Serviço Florestal Brasileiro um plano que indique ações a serem adotadas pela área de Tecnologia da informação do órgão como um instrumento estratégico para o alcance das metas organizacionais definidas em seu Planejamento Operacional.

O PDTI é produto de reflexão e de um diagnóstico acerca do papel da TI e do futuro desses serviços como uma das alavancas necessárias para potencializar as políticas públicas sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro. Foram consideradas:

- 1.1. As reflexões sobre a missão e visão de futuro da Gerência Executiva de Tecnologia da Informação (GETI) alinhada respectivamente à missão e visão de futuro do SFB;
- 1.2. A busca de respostas às oportunidades e ameaças externas, e aos pontos fracos da GETI;
- 1.3. A identificação dos objetivos e orientações para a TI, alinhadas aos objetivos estratégicos da organização – com uma visão de curto e médio prazo das necessidades das áreas de negócio;
- 1.4. A identificação das ações operacionais a serem realizadas pela GETI e da estrutura de gestão de TI, em especial pela criação de condições reais, concretas, para a existência da necessária governança, mesmo com as restrições de pessoal técnico vigentes; e
- 1.5. O desenvolvimento de habilidades que assegurem a adequada gestão dos projetos.

O Serviço Florestal Brasileiro concluiu cerca de 85% das ações previstas no PDTI 2012/2013, sendo firmados 100% dos contratos que o SFB necessita para prover seus serviços de tecnologia da informação de forma independente, não tendo mais nenhuma dependência dos serviços prestados pela Coordenação Geral de TI do Ministério do Meio Ambiente para que o órgão possa funcionar.

8. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 64. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>			x		
	A contratação de serviços de conservação e limpeza com a utilização de material biodegradável, aquisição de monitores de led, exigência de certificação conforme normas da ABNT, aquisição de aparelhos de ar condicionado sem emissão de CFC, aquisição de copos descartáveis de papel				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			x		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				x	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	x				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			x		
	Torneiras com temporizador, caixas d'água acopladas ao vaso sanitário, lâmpadas de baixo consumo, sensor de presença				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>		x			
	Copos descartáveis de papel				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem</p>	x				

ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 65. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	2013			Execução das metas e objetivos em andamento.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	1.090	1.300	1.385	14.584	16.432	16.052
Água						
Energia Elétrica						
			Total			

Fonte: Coordenação de Almoxarifado, Logística e Patrimônio COALP/GEAL.

O Serviço Florestal Brasileiro está localizado nas dependências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Sendo assim, as faturas de água e energia são controladas e pagas diretamente por aquela entidade.

Com relação ao uso de resmas de papel, observa-se que ainda que tenha havido aumento de 218 para 243 servidores do ano de 2012 para 2013, houve uma redução de fornecimento per capita de papel na ordem de 25%.

Em se tratando de papéis recicláveis, em 2013 foi registrado preço para 210 resmas de papel, sendo 150 de papel reciclado e 60 de papel branco, resultando em 71% da compra com material sustentável.

Essas ações estão previstas no Plano de Logística Sustentável do MMA e do SFB (PLS-MMA). O PLS é um conjunto de ações que visam estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. Esse plano foi elaborado pelo MMA e pelo SFB em atendimento à IN SLTI/MPOG n° 10/2012. O PLS foi aprovado pelo MMA e encaminhado ao Ministério do Planejamento em junho de 2013 e o cumprimento das metas lá estabelecidas deverá ser avaliado a cada seis meses.

9. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Não houve.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

Não houve.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não há.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Quadro 66. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1° da Lei n° 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	3	59
	Entregaram a DBR	2	3	59
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: CGGP/SPOA/SECEX/MMA

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Dionísio Paz Lapa, CPF nº 386.043.531-00, Coordenador de Licitações e Contratos, exercido no Serviço Florestal Brasileiro declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 27 de março de 2014.


Luiz Dionísio Paz Lapa

(CPF 386.043.531-00)

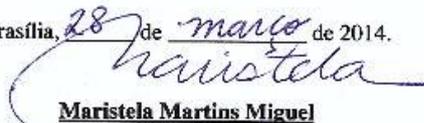
(Coordenador de Licitações e Contratos/SFB)

DECLARAÇÃO

Eu, Maristela Martins Miguel, CPF nº 570.850.211-87, Analista Estratégica, exercido no Serviço Florestal Brasileiro, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo o Convênio nº 736531/2010, devido ao fato do mesmo ainda se encontrar em análise da prestação de contas.

Brasília, 28 de março de 2014.


Maristela Martins Miguel

CPF 570.850.211-87

Analista Estratégica/SFB

10. Relacionamento com a Sociedade

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), prevista no art. 62 da Lei nº 11.284¹⁰, de 2 de março de 2006, tem por finalidade estimular a participação do cidadão no controle e na avaliação da instituição e de seus serviços. Constitui-se, pois, em uma ferramenta capaz de auxiliar a transformação permanente do SFB, uma vez que propicia mudanças e ajustes na prestação dos serviços pelo órgão, em consonância com a demanda social.

Instalada em 2010, a Ouvidoria do SFB possui as seguintes competências:

- ✓ receber pedidos de informação e esclarecimento, acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações afetas ao SFB e responder diretamente aos interessados, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;
- ✓ zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo SFB e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação do SFB, seja contra a atuação dos concessionários; e
- ✓ produzir, semestralmente e quando julgar oportuno: I) relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral do SFB e ao Ministro de Estado do Meio Ambiente; e II) apreciações sobre a atuação do SFB, encaminhando-as ao Conselho Diretor, à Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), aos Ministros de Estado do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, bem como às comissões de fiscalização e controle da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicando-as para conhecimento geral.

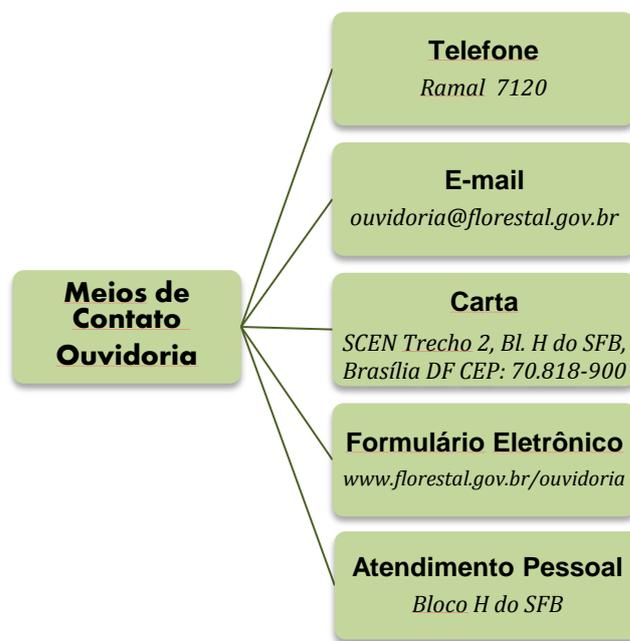
Trata-se de uma ouvidoria mista, na medida em que recebe, encaminha, acompanha, sistematiza e compila demandas tanto da comunidade interna (servidores, estagiários, prestadores de serviços e consultores) quanto da externa (cidadãos, de forma individual ou coletiva – por intermédio de ONGs, associações, grupos de quilombolas, empresas, concessionários etc.).

ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS CIDADÃOS PELA OUVIDORIA DO SFB

¹⁰ Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

No ano de 2013, a Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro recebeu 149 demandas por meio dos seguintes canais de entrada: e-mail, formulário eletrônico, atendimento pessoal e encaminhamento por outras áreas do SFB.

Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos pela Ouvidoria do SFB são:



O procedimento básico de tratamento das demandas que chegam à Ouvidoria do SFB dá-se da seguinte forma: as manifestações recebidas são encaminhadas às unidades competentes para a elaboração das respostas (gerências, unidades regionais, assessorias, chefia de gabinete e/ou centros especializados). Tal encaminhamento, vale ressaltar, é feito aos titulares das referidas unidades ou, no caso de seu afastamento, aos seus substitutos. A partir de então, a Ouvidoria acompanha o atendimento, monitora os prazos de resposta e mantém o cidadão informado. Tão logo recebe a resposta dessas áreas, ela faz as adequações necessárias no texto, com o fito de tornar claras e compreensíveis as informações, e repassa ao cidadão.

Destaca-se que a interlocução é sempre entre o cidadão e a Ouvidoria, visto que compete a esta a elaboração de resposta, de acordo com o previsto no inciso I do art. 62 da Lei nº 11.284, de 2006.

Procedimento semelhante ao acima citado é o que é adotado nos casos de demandas que são encaminhadas a outros órgãos e entidades públicas (federais, estaduais ou municipais), quando são os competentes para tratar da matéria.

Demandas recebidas pela natureza da comunicação

As demandas acolhidas pela Ouvidoria podem possuir natureza distinta, enquadrando-se nas seguintes categorias: solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio, sendo que:

- ✓ **Reclamações:** sinalizam críticas, queixas e protestos em relação aos serviços prestados pelo órgão.
- ✓ **Sugestões:** apresentam ideias e propostas para o aperfeiçoamento do atendimento e da prestação de serviços do órgão.
- ✓ **Elogios:** expressam reconhecimento e satisfação pelo atendimento ou pelo serviço prestado pelo órgão.
- ✓ **Denúncias:** dão conhecimento de irregularidade ou descumprimento de normas e princípios éticos estabelecidos.
- ✓ **Solicitações:** expressam dúvidas, curiosidades e pedidos de esclarecimentos ou orientações acerca das atividades do órgão ou procedimentos por ele adotados.

Pela natureza da comunicação, as demandas recebidas de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013 foram divididas, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Demandas recebidas –2013

Natureza da comunicação	Quantidade	Percentual
Solicitação	139	93%
Denúncia	5	3%
Reclamação	3	2%
Elogio	2	1%
Total geral	149	100

Demandas recebidas pelos canais de entrada

Os meios de entrada de demandas na Ouvidoria do SFB são: e-mail¹¹; formulário eletrônico¹²; encaminhamento de demandas por outras áreas ou instituições; atendimento pessoal; telefone; fax e via audiências públicas. A Tabela 3 apresenta as demandas recebidas no semestre de acordo com os meios de contato utilizados.

Tabela 3. Demandas recebidas –2013 por Canais de entrada.

Canais de entrada	Quantidade	Percentual
Encaminhadas por outras áreas do SFB	76	51%
E-mail	51	34%

¹¹ ouvidoria@florestal.gov.br.

¹² Disponível em www.florestal.gov.br/ouvidoria.

Atendimento pessoal	21	14%
Formulário eletrônico	1	1%
Total geral	149	100

Demandas recebidas pela origem da comunicação

A Ouvidoria do SFB é uma ouvidoria mista no que tange à origem da comunicação, visto que faz a tratamento de demandas da comunidade interna (servidores, estagiários e prestadores de serviços) e externa (cidadãos, de forma individual ou coletiva – por intermédio de associações, grupos de quilombolas, empresas etc.).

De acordo com a origem das demandas, no semestre em apreço, houve um forte predomínio das externas, que representaram 94% do montante de demandas recebidas. As demandas internas corresponderam a 6% do total. Não houve demanda anônima.

Tabela 4. Demandas recebidas –2013 Origem da comunicação.

Origem da Comunicação	Quantidade	Percentual
Externo	145	97%
Interno	4	3%
Total geral	149	100

Os possíveis *status* de uma demanda são: respondidas e arquivadas, em andamento ou aguardando maiores informações por parte do demandante. Das demandas recebidas pela ouvidoria do SFB, no ano de 2013, todas foram devidamente respondidas aos demandantes e arquivadas.

No que se refere ao prazo das respostas aos cidadãos, a Tabela 5 apresenta o tempo de atendimento das demandas pela Ouvidoria do SFB.

Tabela 5. Demandas recebidas –2013 Tempo de resposta (quantidade e percentual).

Tempo de resposta	Quantidade	Percentual
De 1 a 15 dias	118	79%
De 16 a 30 dias	27	18%
Acima de 30 dias	4	3%
Total geral	149	100

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

A Lei nº 12.527¹³, Lei de Acesso a Informação (LAI), de 2011, cuja vigência iniciou-se em 16 de maio de 2012, regulamenta o direito constitucional de acesso à informação. Trata-se de uma importante mudança de paradigma em matéria de transparência pública, na medida em que o acesso à informação pública passou a ser a regra, ao passo que o sigilo, a exceção.

A ouvidoria do SFB é uma unidade que possui robusto conjunto de informações relacionadas à Administração do órgão ao qual pertence, com grande experiência no diálogo com o cidadão. Como a citada Lei não define de onde deverão sair os recursos orçamentários para custear estruturas físicas e alocar servidores em novo órgão que deverá ser criado para atender às obrigações nela previstas, entendeu a Controladoria-Geral da União (CGU), por intermédio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), que a ouvidoria constituir-se-ia na alternativa mais viável para sua imediata aplicação.

Desse modo, a Direção do SFB atribuiu à Ouvidoria o papel protagonista na implantação da LAI, principalmente com a criação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) na estrutura da Ouvidoria.

A Ouvidoria do SFB é uma das poucas ouvidorias públicas a assumir uma vasta gama de responsabilidades com a entrada em vigor da LAI, quais sejam: coordenar o SIC, coordenar o Grupo de Trabalho criado com vistas a elaborar estratégias para a implementação da LAI e ter sua ouvidora designada como autoridade de monitoramento do art. 40 da Lei.

A LAI¹⁴ e o seu Decreto regulamentador^{15,16} previram a obrigatoriedade de todos os órgãos e entidades da administração pública criarem seus Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) com o objetivo de atender e orientar o público quanto ao acesso às informações, informar sobre a tramitação de documentos na unidade e receber e registrar pedidos de acesso à informação.

ATENDIMENTO DOS PEDIDOS DOS CIDADÃOS PELO SIC DO SFB

No ano de 2013, o SIC do Serviço Florestal Brasileiro recebeu 36 pedidos de acesso à informação por meio dos seguintes canais de entrada: e-mail e formulário eletrônico disponível no sistema e-SIC da Controladoria Geral da União.

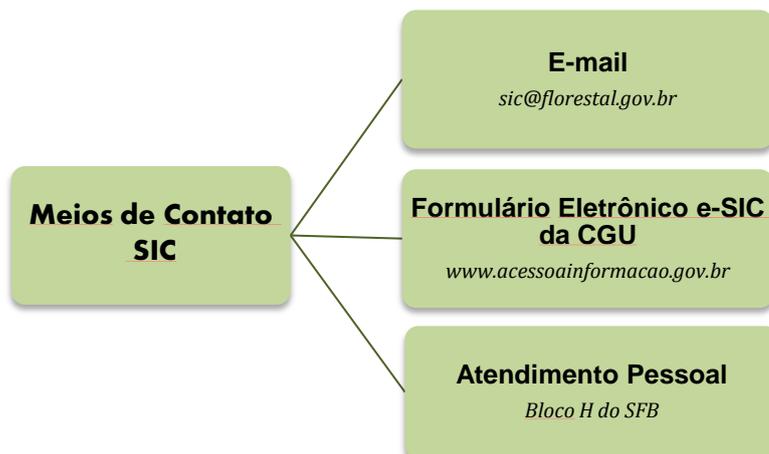
Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos pela SIC do SFB são:

¹³ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

¹⁴ Inciso I do art. 9º.

¹⁵ Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 - regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

¹⁶ Art. 9º.



A Tabela 6 apresenta os pedidos recebidos no semestre de acordo com os meios de contato utilizados.

Tabela 6. Pedidos recebidos –2013 Canais de entrada (quantidade e percentual)

Canais de entrada	Quantidade	Percentual
Sistema e-SIC/CGU	24	67%
E-mail	12	33%
Total geral	36	100

Dos pedidos recebidos pelo SIC do SFB, no ano de 2013, todos foram devidamente respondidas aos demandantes e arquivadas.

No que se refere ao prazo das respostas aos cidadãos, a Tabela 7 apresenta o tempo de atendimento dos pedidos pelo SIC do SFB.

Tabela 7. Pedidos recebidos –2013 Tempo de resposta (quantidade e percentual).

Tempo de resposta	Quantidade	Percentual
De 1 a 15 dias	33	92%
De 16 a 30 dias	3	8%
Acima de 30 dias	0	0%
Total geral	36	100

Em 2013 não houve recurso interposto por cidadão referente às informações prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão do Serviço Florestal Brasileiro.

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Não se aplica.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Não houve nos três últimos anos pesquisa de opinião realizada com cidadãos acerca da atuação do Serviço Florestal Brasileiro.

No início do ano de 2014, a Ouvidoria do Serviço Florestal implantou uma pesquisa de satisfação sobre o seu atendimento à sociedade. Desde 1º de janeiro, todos os cidadãos que encaminharem demandas serão convidados a responder um questionário de satisfação.

O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços, levando em consideração as percepções dos cidadãos que recorrem à Ouvidoria.

A pesquisa será disponibilizada por meio da plataforma *LimeSurvey*. E, para realizá-la, as pessoas que forem atendidas pela Ouvidoria receberão um e-mail com um link para acessar o questionário, que conterà quatro perguntas simples e objetivas e também disponibilizará um espaço para comentários sobre o atendimento.

As informações da pesquisa serão usadas na elaboração de um relatório anual, que servirá para o acompanhamento da qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria.

11 Informações Contábeis

11.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Ativos e Passivos

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

- a) *Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e 16.10; b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a":*

Sim, o Serviço Florestal Brasileiro aplica os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade NBC T 16.9 e 16.10. Emprega todos os meios disponíveis no acompanhamento e no reconhecimento das variações de seus ativos e passivos e, dentre outras providências, registra no SIAFI a incidência do fenômeno da depreciação nos bens móveis.

- c) *Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo; d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão; e) as taxas utilizadas para os cálculos:*

Os parâmetros adotados pela STN, de acordo com a instrução 020300 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, quanto à metodologia aplicada, a vida econômica do ativo e as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação adequam-se perfeitamente as especificidades dessa Secretaria. Até o momento não houve necessidade de utilização de outras métricas.

O sistema de patrimônio utilizado pela SFB atende as necessidades de controle do setor de patrimônio no cumprimento da elaboração do relatório de movimentação de bens móveis/RMB e, atualmente, 100% dos bens móveis estão sob a incidência metodológica da depreciação.

- f) *A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:*

As disponibilidades registradas no ativo financeiro estão mensuradas pelo valor original e a relação entre o Ativo e Passivo financeiro é de 0,94/1. Não existem aplicações financeiras. Não existe saldo no ativo diferido e investimentos.

Os estoques do SFB estão mensurados com base no valor de aquisição e correspondem a 3,6% do ativo não financeiro. São constituídos na forma de materiais ou suprimentos utilizados no curso normal das atividades da administração. Durante o ano de 2013 o giro do estoque foi de 0,8 vezes. O controle do estoque - Relatório Mensal do Almoxarifado/RMA - é encaminhado mensalmente para a Setorial de Contabilidade do MMA, com a movimentação dos saldos. Acompanhados, ainda, dos registros das respectivas notas de lançamentos no SIAFI para sua validação. E, anualmente, no mês de dezembro é realizado o inventário dos bens.

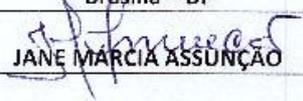
O intangível perfaz 8,4% do ativo permanente, sendo constituído, basicamente, por softwares. O SFB até o momento, não realizou e não definiu critérios para mensuração ou avaliação dos ativos intangíveis. Existem saldos em contas transitórias do Ativo Permanente nas contas: Estudos e Projetos, Obras em Andamento e Instalações que correspondem a 18,2% do Ativo Permanente.

A Setorial de Contabilidade do MMA solicitou a atenção do administrador de forma oportuna no acompanhamento das referidas contas do Ativo Permanente, seja por meio de planilhas

ou por outra forma sistematizada, de modo a evidenciar a correta mensuração daqueles ativos. No caso das contas transitórias, quando apropriado, incorporando os respectivos saldos aos imóveis e aplicando aos ativos intangíveis as amortizações devidas.

g) *O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:*

A despesa com depreciação de bens móveis impactaram em 2,1% às variações passivas extraorçamentárias e 0,8% da total das variações passivas. A depreciação acumulada no final do período corresponde a 38% da totalidade dos bens móveis.

Local	Brásilia – DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	 JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0

11.2 Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Serviço Florestal Brasileiro		440056/440075/440094/440112	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>UG 440056 - ITTO-OIMT- Organização Internacional de Mad. Tropical UG 440075 - Serviço Florestal Brasileiro UG 440088 - Serviço Florestal Brasileiro – Setorial UG 440094 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal UG 440110 - KFW Serviço Florestal Brasileiro UG 440112 - KFW Serviço Florestal Brasileiro – Exterior UG 440114 - Fundo Amazônia - Serviço Florestal Brasileiro</p> <p>Ressalta-se que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA - DF	Data	31/01/2014
Contador Responsável	 JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-O

PARTE B

15 Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Quadro 67. Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN				GCP/BRA079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 103220-1/2013					
Objetivo da Consultoria: Dar suporte ao SFB para implementar o programa de capacitação do IFN, ministrando cursos de capacitação sobre a metodologia do Inventário Florestal Nacional para as empresas/instituições que irão realizar a coleta de dados de campo e cursos sobre o controle de qualidade do IFN, além de dar suporte em atividades do IFN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/09/2013	05/09/2014	56.500,00	26.500,00	20.500,00	20.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Relatório contendo a revisão e a atualização do material didático dos cursos de coleta de campo e do controle de qualidade					3.000,00
Relatório técnico do levantamento realizado para a avaliação e controle de qualidade da coleta de dados na primeira etapa do IFN no Estado do Rio Grande do Sul.					10.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Rio de Janeiro. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Rio de Janeiro.					4.500,00
Relatório técnico do curso de formação de instrutores para o treinamento das empresas/instituições de coleta de campo do IFN.					3.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Ceará e Sergipe. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Ceará e Sergipe					9.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Rio Grande do Norte e Bahia. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Rio Grande do Norte e Bahia					9.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do Paraná e Espírito Santo. Relatório técnico de acompanhamento e avaliação da qualidade inicial da coleta de campo do IFN do Paraná e Espírito Santo					9.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do IFN do Pará e Rondônia.					6.000,00
Relatório técnico do curso de capacitação da coleta de campo do Amazonas.					3.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Doádi Antônio Brena				CPF: 200.599.490-15	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Doutor Eng Florestal – Contrato por produto

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN				GCP/BRA079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 103208-1/2013					
Objetivo da Consultoria: Ampliar a chave eletrônica de madeiras comerciais do Brasil, das atuais 157 para 250 espécies, para fortalecer a identificação de espécies de árvores, por meio da inclusão dos dados no banco de dados da chave interativa de identificação					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2013	31/03/2014	30.000,00		6.000,00	6.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório contendo as informações da adequação dos caracteres e 1 (um) CD com as imagens brutas e padronizadas dos caracteres e táxons				6.000,00	
"Relatório com as descrições revisadas, organizadas e padronizadas e CD piloto com as novas espécies incluídas;"				7.500,00	
"Relatório com as revisões sugeridas pelo LPF e GEINF e as justificativas para alteração ou não dos estados de caracteres das espécies;"				4.500,00	
"Relatório e dois CD's, um contendo a chave na versão final e outro o site com disponibilização das informações das espécies."				12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alexandre Gabriel Christo				CPF: 080.114.627-50	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Consultor Anatomia madeiras/banco de dados - Contrato por produto					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento do Marco Nacional do Conhecimento e Informação para Subsidiar Políticas de Manejo Sustentável dos Recursos Florestais – Projeto GEF de Apoio ao IFN				GCP/BRA079/GFF	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: GCP/BRA/079/GFF 102647-1/2013					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver em tecnologia Wordpress, o hotsite para o II Simpósio Nacional de Inventário Florestal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/07/2013	13/09/2013	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório de conclusão de desenvolvimento, com todas as atividades descritas, casos de teste e o resultado de sua execução.	13/09/2013	5.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Roberto Lima		CPF: 194.345.518-03
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit					GIZ
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Unidade de Conservação, Gestão Florestal, Temas Estratégicos					09.2114.8-001.03
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: GIZ 83129237					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos profissionais (pessoa física/jurídica) para revisão ortográfica, arte e diagramação visual, visando a ações de Comunicação Social, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos. Entende-se por arte visual e diagramação o conjunto dos seguintes serviços: desenvolvimento da criação da arte (layout); concepção de projeto gráfico; diagramação de textos e elementos gráficos em publicações (incluindo tratamento de imagens); para publicações impressas e digitais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/11/2011	28/02/2013	36.900,00			
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Diagramação do Livro Florestas do Brasil em Resumo 2013			28/02/2013	5.932,38	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Selene Berio Fortini				CPF: 042.934.897-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Adendo					

A equipe da Gerência de Informações Florestais e do Serviço Florestal Brasileiro é limitada para a grande quantidade e diversidade de atividades realizadas. Por isso, em muitos casos, a execução dos projetos necessita da contratação de especialistas em determinadas áreas, que fogem às competências dos técnicos.

A contratação de consultores na modalidade produto tem sido muito útil para o alcance dos objetivos estratégicos, pois sem os produtos realizados pelos consultores, não seria possível realizar alguns serviços e nem alcançar a qualidade atingida por especialistas.

Exemplos disso são a diagramação de publicações, como o livro florestas do Brasil em Resumo 2013 e o desenvolvimento de *hotsites*, como o criado para o II Simpósio Nacional de Inventário Florestal.

Algumas dificuldades podem ocorrer por causa do contrato de consultoria por produto, como o atraso na entrega, a falta de entrega do produto ou a entrega de produto inadequado ao solicitado,

entretanto como esses fatos são raros de ocorrer, esse tipo de contratação continua sendo vantajoso para a execução das atividades previstas para a obtenção das metas da Gerência.

28 Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Projeto GCP/BRA/079/GFF – Projeto GEF de Apoio ao IFN

No ano de 2013, o Projeto GCP/BRA/079/GFF – Projeto GEF de Apoio ao Inventário Florestal Nacional (IFN), tinha a previsão orçamentária de cerca de USD 3.300.000,00 e um gasto aproximado de USD 1.500.000. As principais ações realizadas foram: (i) seleção de empresas para levantamento de dados de campo nos estados do Rio Grande do Norte e parte do estado da Bahia; (ii) identificações botânicas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará; (iii) quatro cursos de capacitação, nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará; (iv) aquisição de equipamentos para apoio a coleta de campo, cursos de capacitação e fortalecimento de herbários, bem como equipamentos e programas para auxiliar na elaboração da metodologia de análise de paisagem; (v) desenvolvimento de um sistema para inserção dos dados coletados em campo; (vi) formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições parceiras e governos estaduais para implementação do IFN; e (vii) realização do 2º Simpósio Nacional de Inventário Florestal.

O ano de 2013 foi marcado pela implementação efetiva do Inventário Florestal Nacional em diversas partes do país. Dentre os resultados alcançados podem ser destacados: (i) conclusão do levantamento em parte do estado do Paraná e em parte do estado do Rio Grande do Sul; (ii) espécies botânicas dos biomas Mata Atlântica e Caatinga identificadas; (iii) 75 profissionais capacitados na metodologia do IFN para realizar os trabalhos de coleta de dados em campo; (iv) atividades do IFN estruturadas com equipamentos e programas; (v) dados de campo inseridos em banco de dados para análise; (vi) Instituições e governos estaduais trabalhando em parceria com o SFB na implementação do IFN; (vii) atores políticos, pesquisadores e sociedade em geral cientes das atividades e resultados do IFN.

As variações cambiais não têm afetado o projeto, considerando que o mesmo se encontra em estágio intermediário de implementação. Até o momento não houve atrasos na execução do cronograma físico, nem a necessidade de ajustes contratuais. Entretanto, o projeto tem sido planejado considerando taxas cambiais que previnam uma eventual baixa que possa prejudicar a sua implementação e alcance das metas e objetivos. Também há atividades planejadas para serem realizadas caso haja uma considerável

alta cambial. Estas variações não impactaram o fornecimento de bens e serviços objetos dos contratos previstos no projeto.

Projeto Fundo Amazônia de implementação do IFN

Em janeiro de 2013 foi celebrado contrato de concessão de colaboração financeira não reembolsável entre o SFB e BNDES, com recursos do Fundo Amazônia, objetivando implementar o Inventário Florestal Nacional no bioma Amazônia.

Por se tratar de uma primeira experiência do BNDES em se relacionar com um ente federal, no âmbito do Fundo Amazônia, os desembolsos devem ocorrer na conta única do Tesouro Nacional, e para que esta internalização ocorra, foi necessária criação por parte da Secretaria do Tesouro Nacional de procedimento que inclui a criação de um código específico no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Esse fato demandou bastante tempo.

Tal fato, combinado com o período viável para realização das ações de coleta de dados em campo, que na região amazônica está limitado ao intervalo entre os meses de maio e dezembro, refletiu na implementação do projeto, que ficou limitada no exercício de 2013.

Ainda assim, foi criada a metodologia para seleção dos pontos amostrais que serão objeto das primeiras contratações do IFN na Amazônia, considerando fatores técnicos e de logística e foram elaborados os Termos de Referência para contratação das empresas que irão realizar as coletas de campo nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Desta feita, foi realizado um trabalho de base para que no exercício de 2014, haja fluidez nas ações, que incluiu reunião com os servidores do BNDES para que fossem dirimidas as dúvidas acerca dos ritos que envolvem a execução de projetos pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Serviço Florestal Brasileiro
www.florestal.gov.br
SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H
70.818-900 / Brasília - DF
Tel. +55 61 2028-7272 / +55 61 2028-7269 (Fax)